

# PROGRAMA DE GOVERNO

Coligação *Reconstruir Alagoas*

PSOL/PCB  
2018



## SUMÁRIO

### **1. PRINCÍPIOS**

### **2. GESTÃO DO ESTADO**

2.1 DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS

2.2 ORÇAMENTO PÚBLICO ESTADUAL

### **3. ECONOMIA**

3.1 GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

3.2 TRANSPORTES

3.3 INDÚSTRIA

3.4 COMÉRCIO

3.5 AGRICULTURA E PESCA

3.6 CIÊNCIA E TECNOLOGIA

3.7 TURISMO

### **4. SOCIAL**

4.1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

4.2 SAÚDE

4.3 EDUCAÇÃO

4.4 SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS

4.5 MORADIA

4.6 CULTURA, ESPORTE E LAZER

## **1. PRINCÍPIOS**

A coligação “RECONSTRUIR ALAGOAS” apresenta aqui os princípios norteadores deste Programa de Governo como requisito para a disputa das eleições de 2018, projetando um programa para Alagoas no período de 2019-2022.

Se é possível perceber uma linha geral autoritária e elitista na história alagoana, é um erro imaginar que nunca tenha havido alternativas mais democráticas e igualitárias. Caminhos negativos prevaleceram, como ocorreu no resto do país, mas isso não quer dizer que exista um destino trágico incontornável para Alagoas, que seria determinado pela cultura, a economia e a política locais. É preciso lembrar das lutas e das vitórias das correntes populares que, mesmo parciais e conjunturais, estiveram sempre presentes. Assim como o passado esteve aberto a alternativas mais generosas, o presente alagoano não se encontra fechado e o futuro está para ser construído.

Alagoas não foi erguida apenas pela elite, o povo foi sempre combativo, lutou para se afirmar no espaço político e construir a cultura e a economia a partir dos seus valores. O Quilombo dos Palmares representou uma encruzilhada fundamental. Foi uma alternativa mais avançada à sociedade escravocrata. Uma experiência vitoriosa por mais de noventa anos e deixou profundas marcas no espírito alagoano. A revolta dos cabanos contra o latifúndio, a luta pela Abolição e o movimento operário foram outros pontos de claro fortalecimento e avanço das forças populares, que construíram a base do imaginário e da prática progressista dos nossos dias.

Nas eleições de 2018, a Frente de Esquerda por Alagoas (FEA), formada por partidos socialistas (PSOL e PCB) e movimentos sociais (MTST, MLST), defende a ideia de que é necessário e possível enfrentar os interesses dos poderosos e escolher novos caminhos para a cultura, a economia e as políticas públicas, a partir da participação popular, da moralização do trato com a coisa pública e da articulação das iniciativas das pessoas mais esquecidas pelos poderosos: as famílias camponesas, assentadas, quilombolas, indígenas e negras, os servidores e servidoras, os assalariados e as assalariadas do setor privado e a população LGBT.

### **Princípios fundantes da coligação:**

1- **Democracia e Participação** - defesa dos valores democráticos e promoção de mecanismos de democracia participativa como meio de promover a intervenção, o controle social e engajamento político de setores mais amplos da sociedade nos processos de decisão do Estado.

**2- Transparência e Ética** - promoção da transparência nos procedimentos gerais da gestão e rigor no trato com a coisa pública. A transparência na gestão pública é um dos pilares da democratização do poder realizada pelo controle social. Para que a população possa conhecer a estrutura do estado e possa de fato participar das decisões públicas que lhe afetam um dos pressupostos é ter conhecimento dos dados produzidos e utilizados pelo Estado.

**3- Combate à violência e defesa da vida** – instituir políticas públicas de combate à violência e desenvolver políticas públicas de valorização e defesa da vida.

**4- Promover o desenvolvimento econômico e social e o combate da pobreza** – transformar o Estado em relevante indutor de desenvolvimento econômico e social e promotor de políticas públicas que gerem emprego e renda, priorizando os desempregados, os informais e os pequenos e médios produtores rurais e urbanos.

**5- Redução da Desigualdade como prioridade** - Nossa coligação entende que a redução da desigualdade é urgente em Alagoas. O Estado que apresenta índices sociais alarmantes, tanto no campo da violência, como da educação e saúde, revela um acesso insuficiente da população aos serviços básicos de responsabilidade do Estado.

**6- Defesa do serviço público e da gestão pública destes serviços** – afirmar o caráter público do Estado e dos seus serviços, combatendo a privatização e a terceirização dos serviços prestados à sociedade.

## **2. GESTÃO DO ESTADO**

### **2.1 DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS**

O povo participando diretamente do poder não pode ser usado demagogicamente como no passado. A ideia de democracia como representação apresentou diversas falhas ao longo do tempo e hoje sofremos uma crise de representatividade no Brasil e no mundo.

Uma das saídas para a crise é investir na democracia direta, ou seja, na criação de mecanismos de participação direta da população nos debates fundamentais sobre as políticas públicas no Estado.

Um dos mecanismos mais festejados no Brasil e no exterior, e que nunca teve nenhuma repercussão em Alagoas, é o do Orçamento Participativo. Por meio dele, é possível criar fóruns regionais de discussão, dando poder às pessoas para decidir certas questões orçamentárias, destinando um percentual do Orçamento para a decisão popular e vinculando as decisões do administrador ao que for decidido nas assembleias populares.

Outros mecanismos que devem ser debatidos são o do plebiscito e do referendo. Alagoas nunca utilizou tais mecanismos legítimos de participação popular para levar a decisão final das questões mais relevantes ao povo.

Além disso, devem ser trabalhadas as possibilidades de audiências públicas para discussão de todos os setores de atuação de estado. Cada política pública formulada deve passar por um processo de debate com setores da sociedade que se interessem em contribuir na construção desses programas.

Nos últimos anos, a gestão pública alagoana tem passado por inúmeras críticas relacionadas à questão da eficiência e efetividade de sua ação. Abundam críticas sobre o sucateamento da máquina pública, sobre a ação dos servidores, sobre as práticas arcaicas etc. Algumas tentativas de modernização da Gestão foram feitas, mas consideramos que pecam em suas bases, e por isso estão fadadas a reproduzir velhos problemas.

A base em que se sustentam essas mudanças se inspiram no gerencialismo. De viés tecnocrático, os direcionamentos principais têm relação com a diminuição do tamanho do Estado, desvalorização dos servidores e tomada das organizações de mercado como modelo de gestão. Ainda mais, organizações sociais são vistas como solução, principalmente em setores como saúde e educação. No caso da versão gerencialista aplicada por aqui, podemos acrescentar como característica um viés centralizador, excludente da participação popular e do controle social.

Estas políticas têm como pressuposto a ideia de que a ação do Estado é necessariamente ruim e ineficiente. Os funcionários públicos são marajás improdutivos, com direitos demais e que pouco trabalham. Neste sentido, ficam justificadas iniciativas de perdas de direitos, precarização no trabalho, desatualização salarial e, no caso específico da gestão pública de Alagoas, uso indiscriminado de estagiários para realização de funções de servidores (vide programa ‘Alagoas tem Pressa’)

Na verdade, o funcionalismo público é quem paga o preço de uma estrutura social e política extremamente clientelista, em que as secretarias de Estado são controladas por Políticos e/ou partidos da base (as vezes até por partidos de oposição). Tal situação não é exclusiva de Alagoas, mas que se mostra um elemento de destruição interna do Estado. A quase totalidade dos cargos de topo (alguns estudos apontam para os 5 primeiros níveis da gestão estadual) é reservada para cargos por indicação, que por definição fogem de princípios republicanos e de mérito. Tais indicações servem preferencialmente para acomodar familiares e aliados destes políticos influentes, e no entanto impedem o desenvolvimento de ações de planejamento e de médio e longo prazo e de articulação entre setores/secretarias diferentes. Ao mesmo tempo, a qualificação e ação técnica são desprezados frente ao compadrio e interesses particulares, criando um clima de frustração/imobilismo para os servidores.

No que se refere às privatizações e gestão de órgãos públicos por Organizações Sociais, para além do aspecto de eficiência, há o aspecto de criação de mercados e de lucros em certos setores. A diminuição de custos é frequentemente citada, e se dá não necessariamente por aumento da eficiência, mas sim pela contratação de trabalhadores terceirizados/precarizados. A passagem para o direito privado, saindo dos controles da administração pública no que se refere a compras e contratações também faz parte desta equação.

Para corrigir tais distorções, sugerimos ações organizadas em 5 eixos:

1. **Diminuição/eliminação de indicação de funções** (mantidos apenas no primeiro escalão). Onde se mantenham as indicações, que seja obrigatório a assunção da função por servidores de carreira. Tal ação prestigiará o conhecimento e experiência dos servidores, trará a despartidarização da gestão, e permitirá uma maior articulação entre setores e secretarias, regidas por critérios técnicos.

2. **Valorização salarial de servidores** (com especial foco naqueles de menores salários) e **articulação com os sindicatos**, de forma a estancar a precarização do trabalho público e encontrar melhores formas de prestação de serviço de qualidade à população. Planos de cargos e carreiras. Oposição à implantação de organizações sociais.

3. **Democratização do Poder**, no sentido de incentivo ao fortalecimento e participação da sociedade civil organizada na discussão da coisa pública; ênfase no controle social e na participação ampla nos conselhos estaduais por áreas. Ampla pactuação com diversos setores sociais sobre as perspectivas e ações de desenvolvimento. Reequilíbrio de forças nas ações públicas, tirando poder de grupos econômicos dos oligopólios locais. Foco na diminuição de desigualdades e na transparência, especialmente:

- Construir uma plataforma de orçamento participativo através da democracia digital;
- Utilizar plebiscito e referendo para decisões das questões principais do Estado;
- Disponibilizar todos os planos estaduais no Portal da Transparência; e
- Explicar e didatizar os dados do Portal da Transparência.

4. Criação de um **Programa de Gestão de Políticas Públicas**, para atuar na construção de projetos de políticas públicas estaduais e auxiliar os municípios do Estado na formulação de projetos com vistas a melhorar a eficiência na prestação dos serviços públicos e aumentar o poder de atração de investimentos públicos em todos os níveis.

5. Submeter todas as **indicações à conselhos estaduais ao controle social**, por meio da publicação prévia de currículos, além da criação de outros mecanismos de controle social.

## **2.2 ORÇAMENTO PÚBLICO ESTADUAL**

A expectativa inicial de receita prevista no Orçamento Público do Estado de Alagoas para o ano de 2018 foi de R\$ 10.214.925.296,00 (dez bilhões, duzentos e quatorze milhões, novecentos e vince e cinco mil, duzentos e noventa e seis reais). Apesar disso, o povo alagoano não sente o retorno desses recursos em serviços públicos que geram melhoria na qualidade de vida dos cidadãos.

É preciso tomar diversas iniciativas no âmbito do Orçamento Público, com vistas a democratizar e submeter ao controle social sua proposição e execução. Hoje a maior parte da sua concepção nasce na secretaria do planejamento sem ampla discussão com a sociedade, sem submissão a nenhum procedimento de participação popular.

Um dos mecanismos mais festejados no Brasil e no exterior, e que nunca teve nenhuma repercussão em Alagoas, é o do Orçamento Participativo. Por meio dele, é possível criar fóruns regionais de discussão, dando poder às pessoas para decidir certas questões orçamentárias, destinando um percentual do Orçamento para a decisão popular.

Além disso, se faz necessária a revisão de todos os contratos vigentes no estado, com vistas a verificar despesas desnecessárias ou supérfluas, como os altos gastos verificados com propaganda institucional, ou mesmo que estejam em patamares acima do necessário, reduzindo valores que estejam acima do necessário para a manutenção dos serviços. Por outro lado, é preciso aumentar o investimento público em áreas centrais da atuação do estado, como a educação, que historicamente não tem o investimento mínimo determinado pelo artigo 212 da Constituição Federal<sup>1</sup>.

O governo necessitará realocar radicalmente as rubricas orçamentárias. Haverá empenho na redução das dotações para o custeio dos poderes Legislativo e Judiciário, principalmente por meio da exigência formal de justificativas técnicas para os seus gastos, e ampliadas as verbas para as políticas sociais (assistência, cultura saúde e educação) e o sistema científico/tecnológico. Serão garantidos os reajustes periódicos do funcionalismo público de acordo com a inflação anual e mais ganhos pelo aumento da produtividade individual e coletiva, a realização de concursos públicos para a reposição e a ampliação do quadro de servidores, diminuição dos gastos com cargos comissionados e garantia do caráter público do sistema estadual de previdência, com reversão das iniciativas no sentido contrário.

A questão tributária será percebida com um dos principais eixos da ação governamental relacionados ao crescimento econômica e à justiça social, principalmente por meio da redefinição das alíquotas e da incidência dos tributos, procurando desonerar o consumidor e os pequenos produtores e comerciantes, focando a arrecadação principalmente nas grandes empresas, tradicionalmente mais beneficiadas pela atuação do estado. O governo procurará retirar, na medida de suas competências, todos os benefícios fiscais, como diminuição de alíquotas e renegociações com prazos dilatados, e isenções das grandes empresas atuantes em território alagoano e gravará

---

<sup>1</sup> Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.



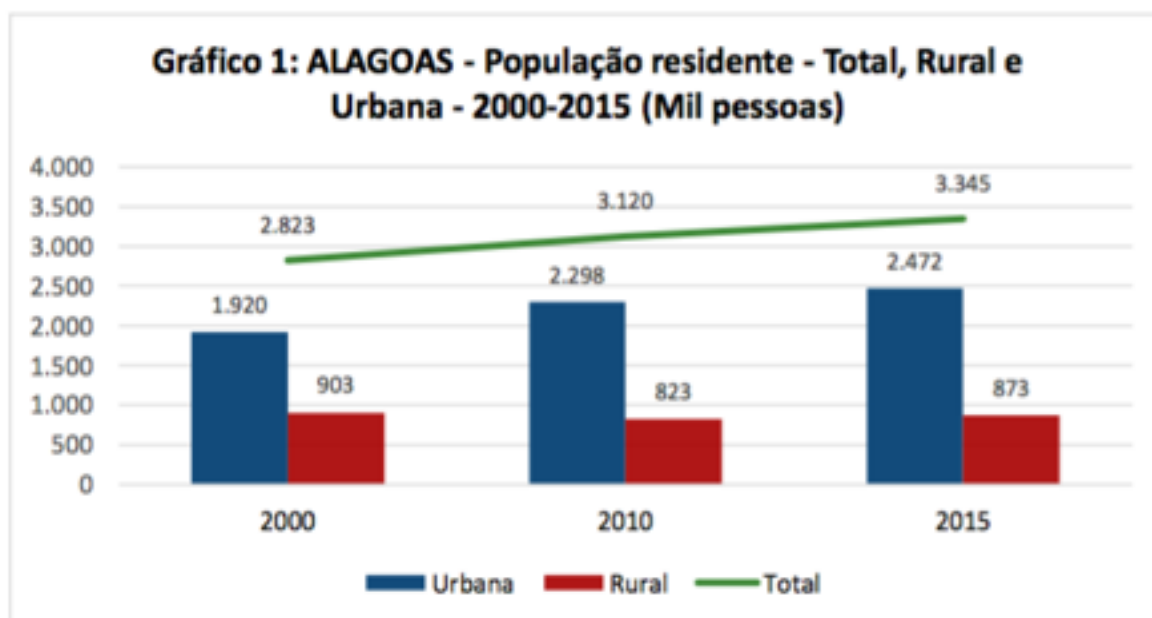
ainda mais os bens considerados supérfluos ou danosos à saúde e ao meio ambiente, além de reduzir, no limite do equilíbrio orçamentário, as alíquotas para os bens de consumo popular.

Propostas:

- Destinar 3% da receita corrente líquida para a decisão em orçamento participativo construído por microrregiões do estado, com execução impositiva;
- Revisar todos os benefícios fiscais concedidos em vigência no Estado, de forma a verificar ilegalidades ou lesão ao patrimônio público;
- Aumentar a receita por meio do aumento do Imposto sobre a Herança (ITCMD) para alíquotas progressivas de 2% a 8%;
- Redução de tributos sobre o consumo, especialmente sobre energia elétrica e combustíveis, a partir de um estudo de viabilidade econômica;
- Participação Popular na discussão da aplicação dos recursos do FECOEP;
- Criar mecanismos regionais para a discussão do orçamento;
- Auditoria da Dívida Pública Estadual, disponibilizando todos os documentos necessários para a investigação de eventuais ilegalidades cometidas na sua contratação pelos governos anteriores;
- Construir junto à Secretaria Estadual da Fazenda um programa de combate à sonegação no Estado, o que implica a valorização das carreiras da e na melhoria das condições de trabalho na SEFAZ.

### **3. ECONOMIA**

O estado de Alagoas possuía em 2015 uma população total de 3.184 mil pessoas (gráfico 1), distribuídas em 102 municípios, com grande parte das pessoas residindo em áreas urbanas (73,9%).

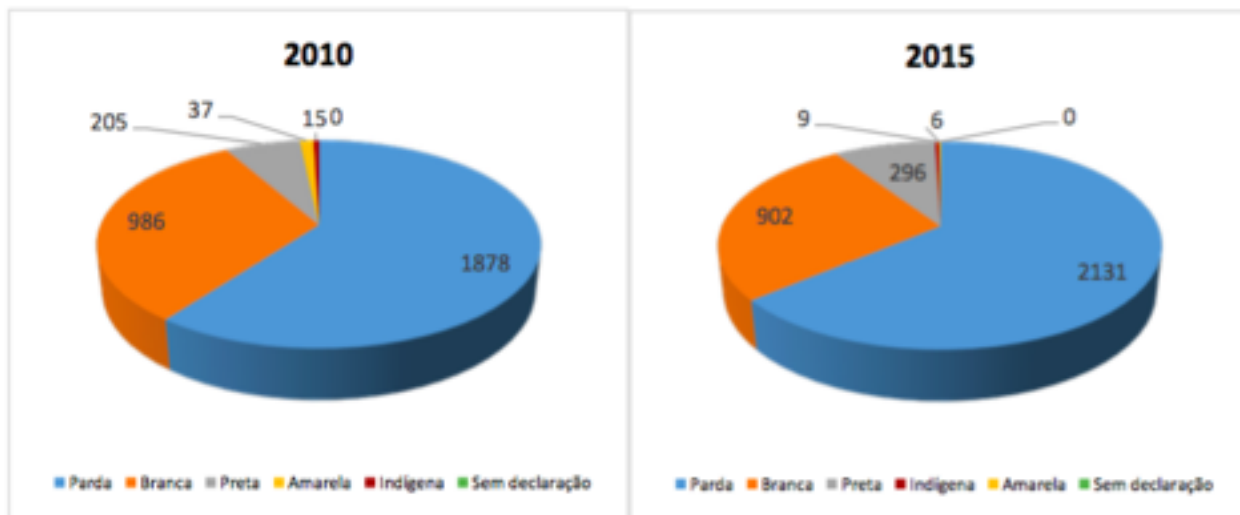


Fonte: IBGE – Censos Demográficos; PNAD

Maceió e Arapiraca são os municípios mais populosos, com população estimada para 2016 de 1.021 mil e 232 mil pessoas, respectivamente, seguidos por Rio Largo (75 mil), Palmeira dos Índios (74 mil) e União dos Palmares (66 mil). Na classificação por sexo, a participação feminina era de 52,2% do total (1.745 mil pessoas), registrando uma taxa média de crescimento anual de 1,3%.

Mudanças demográficas também são percebidas na declaração de cor ou raça, com aumento das pessoas que se autodeclararam pretas (296 mil ou 8,8% do total) e queda na participação de brancos (902 mil ou 26,9% do total), predominando a população parda (2.132 mil ou 63,7%) (gráfico 2).

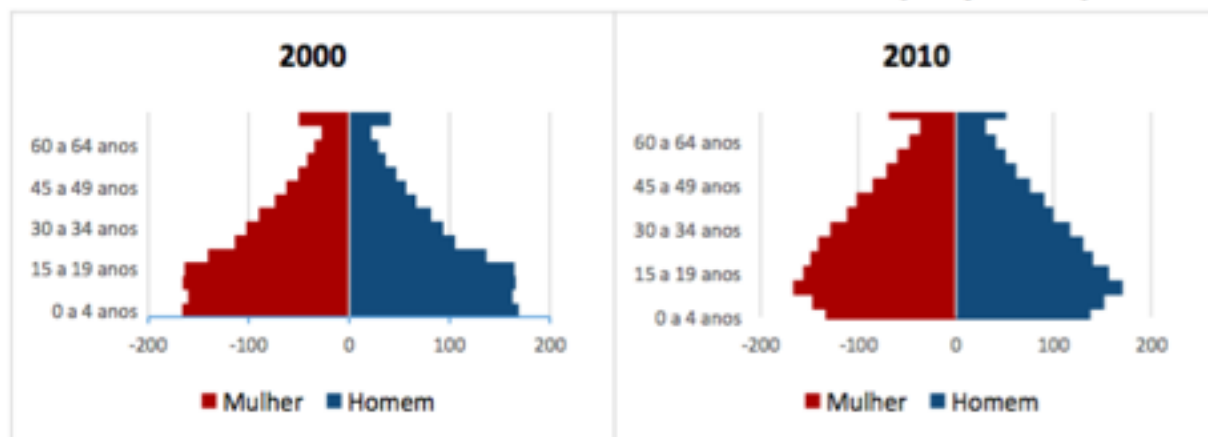
**Gráfico 2 – ALAGOAS: População residente por cor – 2010 e 2015 (mil pessoas)**



Fonte: Censo Demográfico e PNAD

No que diz respeito à faixa etária, seguindo a tendência verificada para o país, a população infantil (0 a 14 anos) tem diminuído, ao passo que a população idosa (60 anos ou mais) tem aumentado. Ainda assim, considerando o Censo Demográfico de 2010, predominava em Alagoas uma população formada por crianças e jovens, com 1.513 mil pessoas (48,5% do total). A população adulta também é expressiva, 1.330 mil pessoas (42,6%), o que requer políticas de emprego e renda que possam absorver o grande número de pessoas em idade ativa (gráfico 3 e tabela 1)

**Gráfico 3 – ALAGOAS: Pirâmide etária – 2000-2010 (mil pessoas)**



Fonte: IBGE – Censos Demográficos

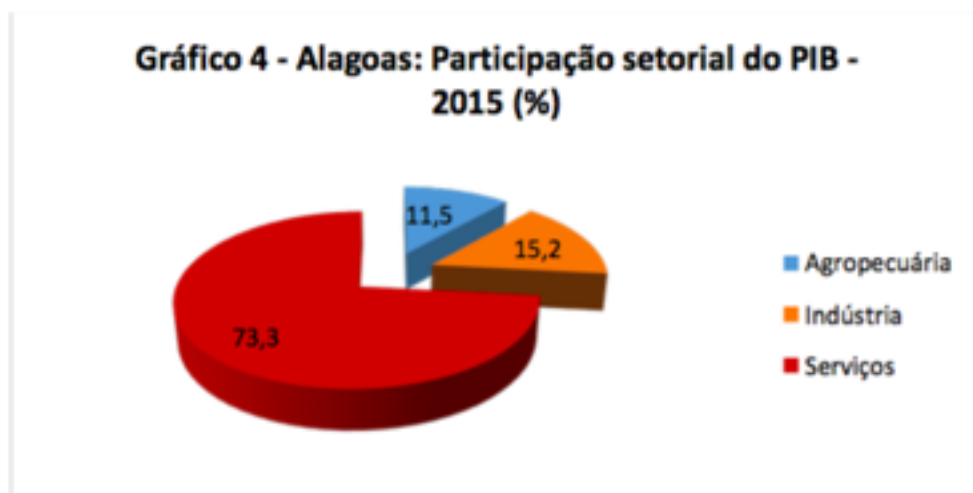
**Tabela 1 - Alagoas: Pirâmide Etária - 2000 e 2010**

Grupo de idade	2000			2010		
	Sexo		Total	Sexo		Total
	Homem	Mulher		Homem	Mulher	
0 a 4 anos	169.023	166.238	335.261	137.952	134.131	272.083
5 a 9 anos	162.989	160.338	323.327	152.581	147.534	300.115
10 a 14 anos	165.671	165.972	331.643	170.956	167.207	338.163
15 a 19 anos	164.772	164.143	328.915	156.445	156.547	312.992
20 a 24 anos	136.670	140.683	277.353	140.817	149.240	290.057
25 a 29 anos	105.373	113.660	219.033	130.805	141.199	272.004
30 a 34 anos	93.617	102.702	196.319	117.491	128.978	246.469
35 a 39 anos	81.895	89.704	171.599	100.073	111.840	211.913
40 a 44 anos	66.955	74.099	141.054	91.125	101.962	193.087
45 a 49 anos	56.533	62.388	118.921	76.368	85.274	161.642
50 a 54 anos	46.978	50.412	97.390	62.174	71.484	133.658
55 a 59 anos	36.365	41.559	77.924	51.176	60.372	111.548
60 a 64 anos	29.004	34.718	63.722	41.368	47.640	89.008
65 a 69 anos	21.933	27.122	49.055	30.936	36.630	67.566
70 a 74 anos	16.494	19.743	36.237	21.930	27.457	49.387
75 a 79 anos	11.302	13.341	24.643	13.872	18.675	32.547
80 a 84 anos	11.524	14.048	25.572	12.693	17.800	30.493
90 a 94 anos	1.619	2.578	4.197	2.842	4.424	7.266
100 anos ou mais	225	231	456	163	333	496
<b>Total</b>	<b>1.378.942</b>	<b>1.443.679</b>	<b>2.822.621</b>	<b>1.511.767</b>	<b>1.608.727</b>	<b>3.120.494</b>

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Em relação às atividades econômicas, Alagoas ainda guarda relações e estruturas produtivas muito próximas da sua formação original/colonial, tendo a cana-de-açúcar como principal produto agrícola, com capitais oriundos desta atividade responsáveis pelo poder econômico e político do estado. A geração de riqueza, medida através do PIB, têm oscilado ao longo dos anos. Em 2014, cresceu 4,8%; já em 2015, teve uma queda de -2,9%. Em termos setoriais, os serviços representavam 73,3% de toda a riqueza, com destaque para a Administração Pública (25,2%), o Comércio (17,3%) e as Atividades Imobiliárias (10,2%); os demais setores não ultrapassavam, individualmente, os 10% de participação no PIB, com algumas atividades bastante inexpressivas,

como arte e cultura (1,3%) e serviços de informação e comunicação (1,3%). A agropecuária foi responsável por 11,5% da riqueza gerada em 2015, com crescimento de participação ao longo dos anos, apesar da crise enfrentada pelo setor canavieiro, diferente do que ocorreu com o setor industrial que apresentou redução contínua de participação. A indústria representava 15,2% do PIB, assim distribuídos: indústria extrativa (0,6%), indústria de transformação (7,9%), eletricidade e gás (1,7%) e construção civil (5%). Destaca-se o crescimento no último ano da indústria de transformação e a queda constante da indústria da construção civil. **(gráfico 4 e tabela 2)**



**Tabela 2 - ALAGOAS: Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto - 2002-2015**

Atividades econômicas	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2014	2015
<b>Agropecuária</b>	<b>23,3</b>	<b>16,9</b>	<b>15,0</b>	<b>15,1</b>	<b>12,0</b>	<b>9,5</b>	<b>11,1</b>	<b>11,5</b>
<b>Indústria</b>	<b>20,5</b>	<b>22,7</b>	<b>21,7</b>	<b>21,1</b>	<b>19,3</b>	<b>20,0</b>	<b>16,0</b>	<b>15,2</b>
Indústrias extrativa	1,5	1,9	3,0	3,2	1,7	2,3	1,0	0,6
Indústrias de Transformação	10,9	13,8	10,5	9,9	8,2	8,8	6,7	7,9
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	2,9	3,4	4,0	2,5	2,2	2,1	1,6	1,7
Construção	5,2	3,6	4,2	5,4	7,2	6,9	6,6	5,0
<b>Serviços</b>	<b>56,2</b>	<b>60,3</b>	<b>63,3</b>	<b>63,8</b>	<b>68,7</b>	<b>70,5</b>	<b>73,0</b>	<b>73,3</b>
Comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas	5,5	9,2	9,3	10,4	13,8	16,2	15,8	17,3
Transporte, armazenagem e Correios	2,0	1,7	2,5	2,5	2,8	2,7	3,1	3,4
Alojamento e alimentação	1,6	1,6	1,9	2,0	2,4	2,9	2,7	2,7
Informação e comunicação	2,2	3,3	3,8	2,6	1,9	1,2	1,5	1,3
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	2,6	2,2	2,2	2,0	2,5	2,5	2,8	2,8
Atividades imobiliárias	10,1	9,5	8,5	8,6	8,4	8,9	10,3	10,2
Serviços prestados às empresas	3,0	3,1	3,9	3,6	4,0	4,2	4,5	4,7
Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolv. públicas, defesa, seguridade social	22,9	23,4	25,3	26,4	27,2	25,9	26,8	25,2
Educação e saúde privadas	3,9	4,0	3,4	3,1	3,0	3,2	2,9	2,9
Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços	-	-	-	-	1,3	1,3	1,2	1,3
Serviços domésticos	2,5	2,3	2,5	2,6	1,3	1,6	1,5	1,5
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

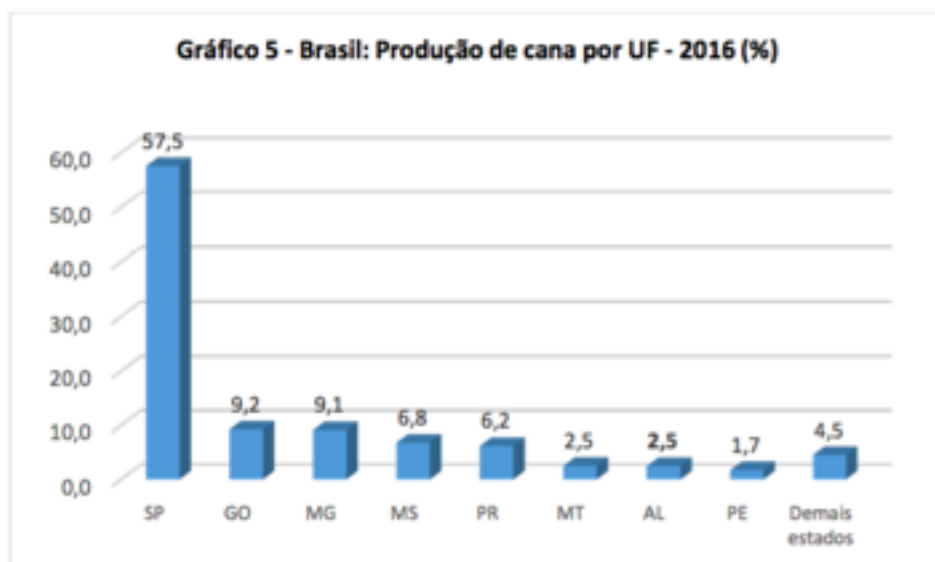
A agropecuária alagoana, apesar de responder em 2015 por apenas 11,5% do PIB, tinha um alcance muito maior na dinâmica produtiva estadual. Dados de 2016 mostram que a cana é o principal produto agrícola, apropriando-se de mais de 2/3 de toda a área plantada, 77,7% da área colhida e 71,2% do valor total da produção, evidenciando a baixa diversificação agrícola do estado. A segunda cultura mais importante é a mandioca, cuja produção provém, principalmente, da agricultura familiar e representa 8% do valor da produção agrícola estadual. Culturas como coco-da-baía (3,3%), laranja (3,2%) e abacaxi (2,9%) também aparecem como as mais importantes, em 2016. No entanto, ainda que inexpressivo neste momento, deve-se mencionar o rápido crescimento da produção de soja, em toneladas (90%, em 2016) e de eucalipto, em área total (117,5%, em 2016). (tabela 3 e gráfico 5)

**Tabela 3 - Alagoas: área colhida, quantidade produzida e valor da produção das lavouras temporárias e permanentes - 2015 e 2016**

Produto das lavouras temporárias e permanentes	2015			2016			2016	2016/2015
	Área colhida (ha)	Quant produzida (t)	Valor da produção (Mil Reais)	Área colhida (ha)	Quant produzida (t)	Valor da produção (Mil Reais)	% valor produção/total	Variação da Qant. produzida
Cana-de-açúcar	308.006	20.714.441	1.496.675,00	311.641	18.982.504	1.422.416,00	71,2	-8,4
Mandioca	22.570	293.129	99.377,00	21.896	279.044	159.212,00	8,0	-4,8
Coco-da-baía	16.648	67.800	43.713,00	17.906	75.136	66.804,00	3,3	10,8
Laranja	5.191	55.300	24.868,00	7.124	103.006	64.326,00	3,2	86,3
Abacaxi	2.692	63.219	82.482,00	1.518	37.298	58.746,00	2,9	-41,0
Banana (cacho)	3.828	50.941	37.887,00	4.283	54.720	55.560,00	2,8	7,4
Maracujá	593	7.591	7.022,00	900	18.023	28.226,00	1,4	137,4
Feijão (em grão)	32.203	10.652	21.256,00	12.108	5.664	27.259,00	1,4	-46,8
Batata-doce	1.843	16.147	13.856,00	2.461	24.556	26.347,00	1,3	52,1
Pimenta-do-reino	134	453	8.334,00	178	584	15.157,00	0,8	28,9
Arroz (em casca)	3.041	17.301	10.502,00	2.733	15.249	13.614,00	0,7	-11,9
Milho (em grão)	19.226	15.800	10.984,00	8.469	12.910	12.722,00	0,6	-18,3
Mamão	201	7.270	7.199,00	374	12.947	12.052,00	0,6	78,1
Fumo (em folha)	9.403	12.397	15.824,00	4.574	3.547	10.024,00	0,5	-71,4
Amendoim (em casca)	1.001	1.719	2.073,00	1.422	2.601	6.960,00	0,3	51,3
Melancia	306	5.786	2.907,00	300	6.408	4.222,00	0,2	10,8
Tomate	72	5.380	4.777,00	109	7.168	3.913,00	0,2	33,2
Manga	849	6.675	2.852,00	822	6.314	2.747,00	0,1	-5,4
Melão	38	1.330	838,00	108	3.510	2.457,00	0,1	163,9
Goiaba	245	3.304	3.261,00	94	1.708	2.220,00	0,1	-48,3
Soja (em grão)	278	550	738,00	343	1.043	1.601,00	0,1	89,6
Castanha de caju	1.174	612	1.040,00	1.174	644	1.232,00	0,1	5,2
Fava (em grão)	197	87	176,00	330	150	494,00	0,0	72,4
Limão	28	212	123,00	30	279	307,00	0,0	31,6
Algodão herbáceo (em caroço)	80	39	37,00	60	28	38,00	0,0	-28,2
<b>Total</b>	<b>429.847</b>	<b>--</b>	<b>1.898.801,00</b>	<b>400.957</b>	<b>--</b>	<b>1.998.656,00</b>	<b>100,0</b>	

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal





A pecuária alagoana continua assentada na bovinocultura, em grande parte realizada de forma extensiva, seguida por ovinos, suínos e caprinos. Em 2016, o estado possuía 1,264 mil cabeças de gado, pouco mais de 4% do efetivo nordestino, 231 mil ovinos, 149 mil suínos, 70 mil caprinos e mais de 8 milhões de galináceos, registrando aumentos a cada ano. As áreas com maiores produções de bovinos são as microrregiões de Arapiraca (208 mil cabeças), Mata Alagoana (172 mil) e Palmeira dos Índios (170 mil).

**Tabela 4 - Alagoas - Efetivo dos rebanhos - 2016**

Microrregião Geográfica	Tipo de rebanho									
	Bovino	Bubalino	Equino	Suíno - total	Suíno - matrizes de suínos	Caprino	Ovino	Galináceos - total	Galináceos - galinhas	Codornas
Serrana do Sertão Alagoano	62.656	-	4.456	5.680	1.187	15.680	35.393	183.010	41.200	-
Alagoana do Sertão do São Francisco	27.719	-	1.753	2.860	597	7.557	21.886	35.750	10.950	4.800
Santana do Ipanema	116.974	-	6.287	8.077	1.354	9.114	56.183	139.497	45.773	865
Batalha	127.255	-	5.215	28.773	5.901	6.993	21.714	239.304	39.144	1.200
Palmeira dos Índios	170.172	84	7.426	9.281	865	5.689	15.950	335.329	81.835	14.000
Arapiraca	208.143	3	11.187	45.463	7.787	14.448	26.298	4.004.762	1.567.408	49.000
Traipu	65.306	49	3.139	12.687	2.149	2.593	8.439	88.411	25.170	-
Serrana dos Quilombos	147.571	52	5.144	11.364	1.461	1.601	7.075	2.129.243	410.279	-
Mata Alagoana	172.156	514	6.060	6.340	728	2.689	9.605	168.612	15.119	96.155
Litoral Norte Alagoano	26.727	193	1.756	975	170	1.370	8.542	17.800	2.720	550
Maceió	17.923	3	2.180	5.844	628	601	2.685	39.438	7.570	3.630
São Miguel dos Campos	52.361	7	2.727	7.591	562	970	9.380	378.445	14.040	1.400
Penedo	69.090	25	5.845	4.140	414	1.140	8.580	678.105	9.689	-
<b>ALAGOAS</b>	<b>1.264.053</b>	<b>930</b>	<b>63.175</b>	<b>149.075</b>	<b>23.803</b>	<b>70.445</b>	<b>231.730</b>	<b>8.437.706</b>	<b>2.270.897</b>	<b>171.600</b>

Fonte: IBGE - Pesquisa da Pecuária Municipal

A produção de leite possui importância destacada na agropecuária alagoana, mas ainda é bastante reduzida quando comparada aos demais estados do Nordeste. No entanto, observa-se que a

produtividade alagoana (litros de leite/vaca ordenhada) é bastante superior à média regional e brasileira. Durante o ano 2015 foram ordenhadas 194.776 vacas, com média de produção de 1.810 litros/vaca/ano, produzindo 353.454 mil litros de leite, conferindo ao estado o primeiro lugar em termos de produtividade no contexto nordestino. A título de ilustração, a produtividade brasileira era de 1.609 litros/vaca/ano, enquanto a do Nordeste era de 963 litros/vaca/ano. Em 2016, observa-se uma queda na produção de origem animal em praticamente todos os produtos, em parte, decorrente da grande seca enfrentada ao longo dos últimos anos.

**Tabela 5 - Alagoas: produção de origem animal - 2015 e 2016**

Tipo de produto de origem animal	2015		2016	
	Produção animal	Valor da produção (Mil Reais)	Produção animal	Valor da produção (Mil Reais)
Leite (Mil litros)	352.454	397.061,00	337.974	441.453,00
Ovos de galinha (Mil dúzias)	34.542	91.726,00	37.651	85.523,00
Ovos de codorna (Mil dúzias)	2.446	5.496,00	2.029	3.463,00
Mel de abelha (kg)	142.823	1.318,00	101.552	1.164,00
<b>Total</b>	<b>..</b>	<b>495.601,00</b>	<b>..</b>	<b>531.603,00</b>

Fonte: IBGE - Pesquisa da Pecuária Municipal

Um dos grandes problemas enfrentados pelo estado diz respeito à sua estrutura fundiária. Em 1995, apenas 0,2% dos estabelecimentos agropecuários de Alagoas detinham 19,3% das terras cultiváveis. Por outro lado, os estabelecimentos com menos de 10ha, que somavam 80,6%, ocupavam apenas 10,3% da área. Ao longo dos anos, a situação tornou-se ainda mais grave. Em 2006, os 200 estabelecimentos com 1.000 ha e mais dominavam quase 1/3 de toda a área cultivável de Alagoas. Analisando a área média dos estabelecimentos fica ainda mais evidente a concentração fundiária no estado. Em 1995, os estabelecimentos com 1.000 hectares e mais possuíam área média de 2.177 ha por estabelecimento. Em 2006, este estrato passou a registrar área média de 2.852 ha por estabelecimento (Tabela 6).



**Tabela 6 - ALAGOAS: Grupo de área total - Área e estabelecimento - 1995-2006**

Estratos	Estabelecimentos				Área			
	1995	%	2006	%	1995	%	2006	%
Menos de 10 ha	92.736	80,6	101.331	82,2	220.023	10,3	226.342	10,7
10 a menos de 100 ha	18.625	16,2	18.774	15,2	545.369	25,5	526.562	24,9
100 a menos de 1.000 ha	3.487	3	3.027	2,5	963.371	44,9	789.183	37,4
1.000 ha e mais	190	0,2	200	0,2	413.698	19,3	570.487	27
<b>Total</b>	<b>115.038</b>	<b>100</b>	<b>123.332</b>	<b>100</b>	<b>2.142.461</b>	<b>100</b>	<b>2.112.574</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários de 1995 e 2006

Ainda de acordo com o Censo Agropecuário de 2006, a maioria dos estabelecimentos agrícolas de Alagoas, 90,6%, é formada por unidades de agricultura familiar, com área média de 6 hectares, muito abaixo daquela verificada para o Nordeste (13ha) e para o Brasil (18ha).

**Gráfico 6 – ALAGOAS: Agricultura Familiar – número e área dos estabelecimentos - 2006**

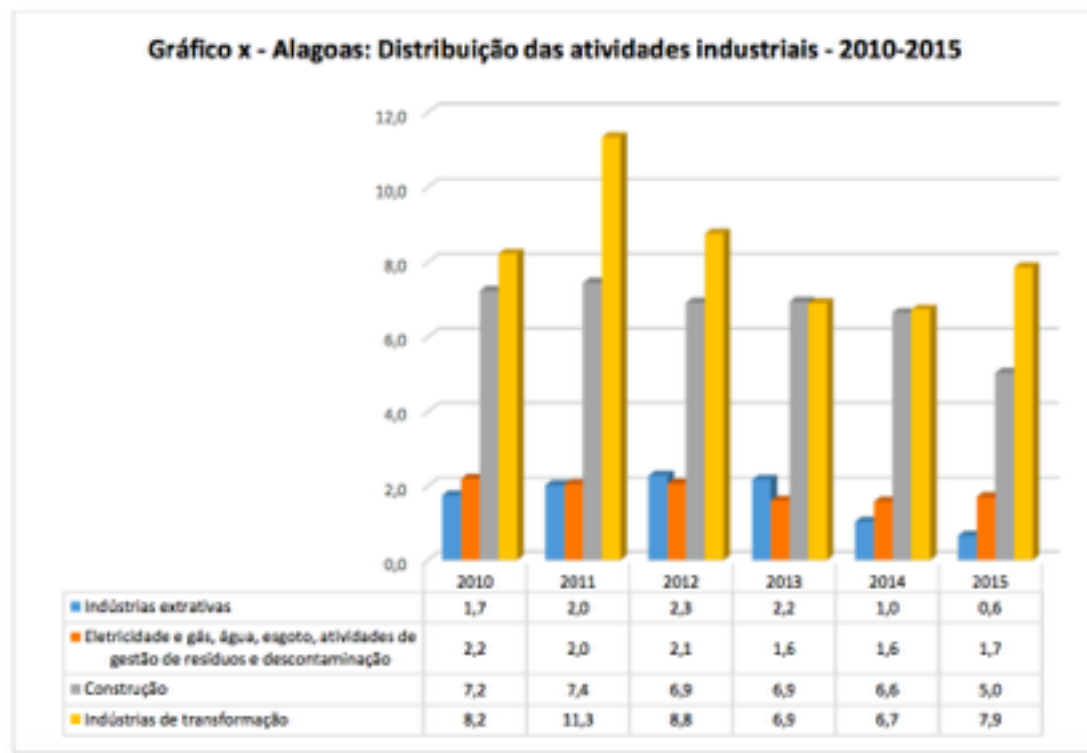


Fonte: IBGE – Censo Agropecuário - 2006

A agricultura familiar possui importância destacada para o dinamismo do setor agrícola alagoano, contribuindo para a diversificação e inserção produtiva de grande parte da população que vive em áreas rurais, combate à pobreza, preservação ambiental, dentre outros. No entanto, ainda existem grandes desafios para que estes produtores consigam ocupar os espaços necessários ao perfeito desenvolvimento das suas atividades, que vão desde a comercialização e distribuição dos produtos, passando pelo acesso à terra e ao crédito, assistência técnica e extensão rural, etc.

As atividades industriais em Alagoas, apesar de ocuparem a segunda colocação na composição do PIB, possuem uma importância reduzida, dadas as características dos principais ramos produtivos. A indústria de transformação poderia ser estimulada e ter maior alcance econômico (emprego e renda) se fossem criadas cooperativas de produção, como alimentos, bebidas, têxteis, etc. A construção civil, depois do *boom* vivenciado pela maior oferta de crédito

para a habitação, via Programa Minha Casa Minha Vida, vem diminuindo continuamente sua participação na composição do PIB estadual. Dentre as atividades da indústria extrativa estão a produção de petróleo e gás natural, a exploração de salgema, direcionada para a indústria química e de plástico, além da extração de cascalho, calcário, argila e areia para indústria e para a construção civil.



No que diz respeito à indústria de transformação, observa-se que as unidades produtivas sediadas em Alagoas são bastante concentradas nos setores vinculados à produção de bens de consumo não durável (55,8%), como alimentos, bebidas, têxteis, vestuário, etc., que, embora sejam grandes empregadores (86,5% do total), geralmente possuem baixo valor agregado (63,2%). As indústrias de bens intermediários, como produtos químicos, de borracha e materiais plásticos, respondem por pouco mais de 1/3 das empresas alagoanas, ao passo que as indústrias pertencentes ao grupo de bens de consumo durável e de capital, não ultrapassam os 13,2% (Tabela 7)

**Tabela 7 - ALAGOAS: Indústria de Transformação com 5 ou mais pessoas ocupadas - Principais ramos - 2015-2016**

Ramos industriais	2015				2016			
	Nr. Unidades	Pessoal ocupado	Salários (Mil Reais)	VTI (Mil Reais)	Nr. Unidades	Pessoal ocupado	Salários (Mil Reais)	VTI (Mil Reais)
<b>INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Bens de Consumo Não-Duráveis</b>	<b>50,0</b>	<b>81,0</b>	<b>72,5</b>	<b>59,8</b>	<b>55,8</b>	<b>86,5</b>	<b>75,9</b>	<b>63,2</b>
Fabricação de produtos alimentícios	31,5	74,5	67,0	49,8	37,3	80,3	70,5	53,2
Fabricação de bebidas	2,7	2,8	2,5	8,6	2,9	2,7	2,6	8,6
Fabricação de produtos do fumo	1,0	0,8	0,8	0,3	0,9	0,9	0,9	0,3
Fabricação de produtos têxteis	1,4	1,1	1,0	0,6	1,1	0,5	0,2	0,1
Confeção de artigos do vestuário e acessórios	6,8	0,9	0,5	0,2	7,1	0,9	0,9	0,4
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	0,7	0,1	0,1	0,0	0,7	0,1	0,1	0,0
Fabricação de móveis	5,8	0,8	0,6	0,3	5,8	1,0	0,8	0,5
<b>Bens Intermediários</b>	<b>36,1</b>	<b>15,8</b>	<b>21,9</b>	<b>37,1</b>	<b>31,1</b>	<b>10,1</b>	<b>18,7</b>	<b>33,5</b>
Fabricação de produtos de madeira	1,5	0,3	0,2	0,1	1,4	0,4	0,3	0,2
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	0,2	x	x	x	0,2	x	x	x
Impressão e reprodução de gravações	5,7	0,8	0,6	0,4	4,6	0,6	0,6	0,4
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	0,4	5,6	3,7	0,9	0,2	x	x	x
Fabricação de produtos químicos	3,6	1,6	9,3	27,9	4,4	1,9	9,9	25,1
Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	0,1	x	x	x	0,1	x	x	x
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	6,8	3,8	4,3	4,3	4,4	3,3	3,6	4,9
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	9,5	2,6	2,8	2,7	10,4	3,1	3,4	2,7
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	8,2	1,1	1,2	0,9	5,4	0,8	0,8	0,3
<b>Bens de consumo Duráveis e de Capital</b>	<b>13,9</b>	<b>2,9</b>	<b>5,1</b>	<b>2,6</b>	<b>13,2</b>	<b>2,8</b>	<b>3,7</b>	<b>2,2</b>
Metalurgia	0,5	0,2	0,2	0,0	0,6	0,2	0,2	0,1
Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	0,2	x	x	x	0,1	x	x	x
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	0,5	0,1	0,2	0,0	0,7	0,2	0,3	0,2
Fabricação de máquinas e equipamentos	1,8	0,5	1,2	0,8	1,3	0,4	0,7	0,4
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	2,0	0,5	0,7	0,1	2,1	0,5	0,7	0,3
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	0,2	x	x	x	0,2	x	x	x
Fabricação de produtos diversos	1,3	0,2	0,2	0,1	1,6	0,2	0,3	0,0
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	7,4	1,5	2,6	1,5	6,5	1,4	1,5	1,4

Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Anual - Empresa

A cadeia produtiva da química e do plástico, relacionada principalmente à Braskem tem uma grande importância na geração de riqueza para o estado. Com pouco mais de 70 indústrias transformadoras, concede à Alagoas a primeira posição em produção de PVC na América Latina. Embora represente 9% das empresas instaladas e empregue pouco mais de 3.400 pessoas, em 2016, responde por 30% do Valor de Transformação Industrial estadual. Já a tradicional indústria têxtil alagoana continua sofrendo os impactos da concorrência internacional, notadamente da China, e de polos regionais, como Toritama/PE, fechando unidades produtivas e diminuindo anualmente o número de empregados.

No que diz ao setor de serviços, sua natureza heterogênea faz com que Alagoas apresente participação relativa próxima de economias mais dinâmicas. No entanto, uma análise minuciosa revela que os serviços alagoanos apresentam grande peso do setor público ou de atividades cujas remunerações médias situam-se em torno de até dois salários mínimos, como o comércio. Deste modo, se por um lado o setor apresenta grande importância como absorvedor de mão de obra, por outro, revela a dependência de atividades mais especializadas e com maior conteúdo tecnológico.

**Tabela 8: Alagoas: Participação dos serviços no PIB - 2010-2015**

Ramos	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	27,2	26,1	25,9	27,8	26,8	25,2
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	13,8	14,6	16,2	15,1	15,8	17,3
Atividades imobiliárias	8,4	7,3	8,9	9,1	10,3	10,2
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	4,0	4,1	4,2	4,5	4,5	4,7
Transporte, armazenagem e correio	2,8	2,7	2,7	3,1	3,1	3,4
Educação e saúde privadas	3,0	3,0	3,2	2,4	2,9	2,9
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	2,5	2,3	2,5	2,6	2,8	2,8
Alojamento e alimentação	2,4	2,6	2,9	3,0	2,7	2,7
Serviços domésticos	1,3	1,3	1,6	1,7	1,5	1,5
Informação e comunicação	1,9	1,4	1,2	1,5	1,5	1,3
Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços	1,3	1,2	1,3	1,2	1,2	1,3
<b>Serviços Totais</b>	<b>68,7</b>	<b>66,6</b>	<b>70,5</b>	<b>72,1</b>	<b>73,0</b>	<b>73,3</b>

Fonte: Contas Regionais - IBGE

Além da concentração setorial, a estrutura econômica de Alagoas apresenta também elevada concentração espacial. Conforme observado, a cana-de-açúcar domina a produção agrícola e industrial do estado, refletindo-se na distribuição espacial do PIB.

A microrregião de Maceió detém 52% do PIB estadual (ver Tabela 9), fruto da elevada produção agrícola canavieira, uma vez que os municípios desta microrregião foram responsáveis por 15,7% de toda a cana produzida em 2015; resultado, ainda, da concentração industrial, já que os dois principais Polos Industriais estão localizados na Região Metropolitana de Maceió; e da elevada participação do setor de serviços, por sediar a administração pública estadual e municipal e pelo maior dinamismo que uma capital de estado exerce sobre os demais municípios.

**Tabela 9 - Alagoas: PIB municipal por microrregião - 2010-2015**

Microrregião Geográfica	Ano					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Serrana do Sertão Alagoano (AL)	1,2	1,3	1,4	1,2	1,2	1,2
Alagoana do Sertão do São Francisco (AL)	1,7	1,9	1,9	1,8	1,7	1,6
Santana do Ipanema (AL)	2,6	2,5	2,6	2,9	2,9	2,7
Batalha (AL)	1,5	1,5	1,5	1,7	1,6	1,7
Palmeira dos Índios (AL)	3,2	3,2	3,4	3,5	3,4	3,6
<b>Arapiraca (AL)</b>	<b>10,4</b>	<b>10,0</b>	<b>11,5</b>	<b>11,4</b>	<b>11,8</b>	<b>12,1</b>
Traipu (AL)	0,5	0,5	0,5	0,6	0,5	0,5
Serrana dos Quilombos (AL)	4,0	3,8	4,0	3,3	3,7	4,1
<b>Mata Alagoana (AL)</b>	<b>6,9</b>	<b>6,8</b>	<b>6,2</b>	<b>6,3</b>	<b>6,6</b>	<b>6,4</b>
Litoral Norte Alagoano (AL)	1,6	1,6	1,5	1,8	2,0	2,1
<b>Maceió (AL)</b>	<b>53,3</b>	<b>52,3</b>	<b>52,2</b>	<b>52,2</b>	<b>52,0</b>	<b>52,0</b>
<b>São Miguel dos Campos (AL)</b>	<b>10,0</b>	<b>11,5</b>	<b>10,0</b>	<b>10,1</b>	<b>9,3</b>	<b>8,7</b>
Penedo (AL)	3,1	3,3	3,2	3,3	3,2	3,2
<b>ALAGOAS</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

Apenas três municípios são responsáveis mais de 55% do PIB estadual, revelando uma grande concentração das atividades econômicas, requerendo políticas de desconcentração produtiva que valorizem mais as atividades de cada localidade. Os 10 municípios mais “ricos”, absorvem mais de 70% do PIB alagoano (Tabela 10).

**Tabela 10 - Alagoas: PIB Municipal**

Município	Ano		
	2013	2014	2015
Maceió (AL)	44,1	44,6	44,6
Arapiraca (AL)	8,0	8,4	8,5
Marechal Deodoro (AL)	3,3	3,0	3,2
Coruripe (AL)	2,8	2,6	2,6
São Miguel dos Campos (AL)	3,2	2,8	2,2
Palmeira dos Índios (AL)	1,8	1,8	2,0
Rio Largo (AL)	1,7	1,8	1,8
União dos Palmares (AL)	1,4	1,5	1,7
Penedo (AL)	1,5	1,6	1,6
Maragogi (AL)	0,8	1,0	1,2
São Luís do Quitunde (AL)	1,1	1,2	1,1
<b>Outros 92 municípios</b>	<b>30,3</b>	<b>29,8</b>	<b>29,5</b>
<b>ALAGOAS</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE - Contas Regionais

Propomos combater a estagnação, a baixa produtividade e a profunda desigualdade social da economia alagoana por meio da mudança nas prioridades de todas as políticas públicas para a área, que abandonariam o atual foco no setor canavieiro, na indústria química e nas grandes empresas comerciais e de serviços pelo apoio às iniciativas individuais e coletivas de fortalecimento da economia pública (guinada para a justiça social e o desenvolvimento local das empresas e outras instituições estatais, como Casal, Algás, Ceal e Emater-AL), da economia solidária (formas alternativas de comércio baseadas no preço justo e na função social da riqueza), do intercâmbio produtivo justo (estrutura de subsídios, tributação e regulação garantidora do avanço da pequena unidade produtiva, da valorização dos salários e da distribuição de renda), da economia criativa (atividades de micro e pequenas empresas, indivíduos e coletivos no âmbito das artes, como a música, o teatro e o audiovisual, do desenvolvimento de software, games e outros produtos da indústria da informática) e do cooperativismo.

Ampliar os espaços de desmercantilização das relações econômicas, focando em alternativas autônomas e igualitárias e na garantia dos direitos sociais e trabalhistas, sempre articulando justiça social e aumento da produtividade via ligação entre economia e sistema científico e tecnológico, focando na ampliação do mercado interno e colocando a exportação como relevante, mas não como o centro da dinâmica econômica. Mudar radicalmente a alocação das verbas do orçamento estadual, como, por exemplo, triplicar as verbas para as políticas de cultura e inovação tecnológica. Forjar uma economia dos pequenos e simples, da justiça social e do conhecimento, baseada em laços profundos entre as iniciativas populares (indivíduos, coletivos, cooperativas e pequenas empresas) e as universidades e institutos tecnológicos, em um sistema capaz de relacionar a prática produtiva e desenvolvimento da ciência, da cultura e da tecnologia.

### **3.1 GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA**

Segundo o IBGE<sup>2</sup> a população alagoana é formada por 3,379 milhões de pessoas, 47,5% do sexo masculino e 54,5% do sexo feminino. Onde 23,8% se autodeclararam brancos, 5,5% pretos e 70,1% pardos.

A distribuição etária se conforma da seguinte maneira: 20,8% da população encontram-se entre de 0 a 13 anos, 19,1% na faixa-etária que vai dos 14 aos 24 anos, 22,3% entre 25 e 39 anos, 23,5% entre 40 e 59 anos e com 60 anos ou mais 14,3% da população.

---

<sup>2</sup> IBGE - Pesquisa Nacional por Domicílios continua trimestral. Primeiro trimestre de 2018.

Entre os alagoanos 18,7% são sem instrução ou com menos de um ano de estudo; 38,8% não terminaram o ensino fundamental; 6,9% completaram apenas o ensino fundamental; 6,6 % cursaram de forma incompleta o ensino médio e 19,3% completaram essa etapa de formação, mas apenas 6,5% adquiriram nível superior.

#### Força de Trabalho<sup>3</sup>:

No primeiro trimestre de 2018 o Estado contou com a força de trabalho de aproximadamente 1,152 milhões de trabalhadores, 46,6% homens e 53,4% mulheres: 948 mil destes estão ocupados nos mais diversos setores produtivos da economia e 204 mil estão desempregados<sup>4</sup>. Dos 948 mil ocupados 60,1% são homens e 39,9% mulheres e entre os desocupados 50,3% são homens e 49,7% mulheres.

A informalidade – sem carteira assinada e os que trabalham por conta própria - atingiu quase a metade dos trabalhadores ocupados, 49,4%. Quanto a questão da contribuição previdenciária, 57,3% dos trabalhadores contribuem para algum Instituto previdenciário e 42, 7% não contribuem. Vê-se que dos trabalhadores que estão na informalidade o nível de contribuição previdenciária é baixíssimo, não atingindo 10%.

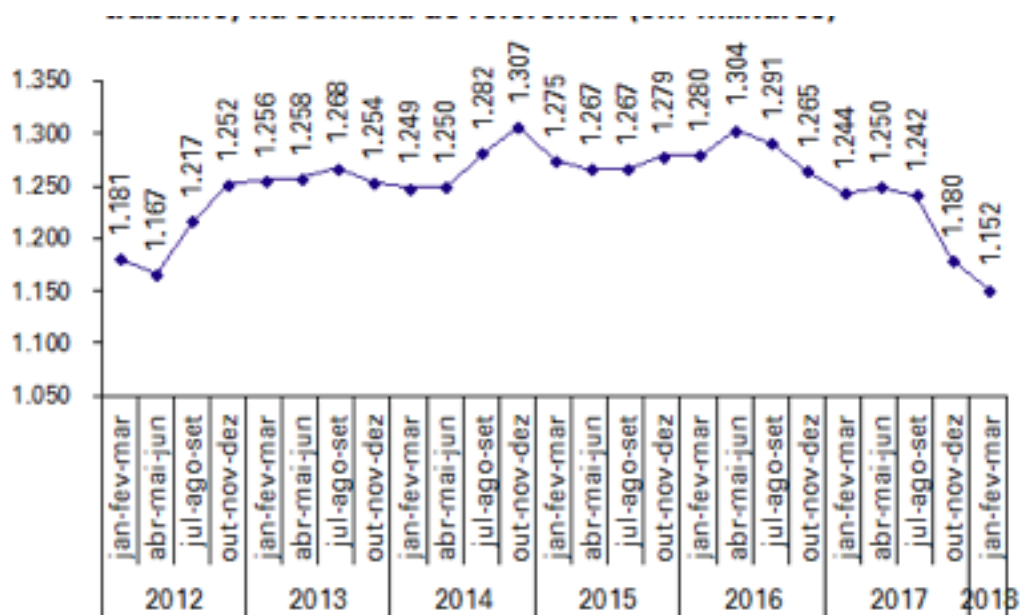
Pessoas de 14 anos ou mais de idade, na força de trabalho, na semana de referência (em milhares)

---

<sup>3</sup> As pessoas na força de trabalho na semana de referência compreendem as pessoas ocupadas e as pessoas desocupadas nesse período.

<sup>4</sup> IBGE - Pesquisa Nacional por Domicílios continua trimestral. Primeiro trimestre de 2018.





Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Domicílios continua trimestral. Primeiro trimestre de 2018

A taxa de desocupação do Estado é a terceira maior do país, 17,7%, ficando abaixo da Bahia e do Amapá. Os grupos de idade que mais sofrem com a desocupação são os que incorporam os jovens de 14 a 17 anos, 53,5%, e os adultos de 18 a 24 anos 34,0%.

A renda média dos trabalhadores Alagoanos equivale a R\$1.379 reais; quando separada por sexo, vê-se que os homens auferem rendimento médio de R\$1.422, enquanto que as mulheres R\$1.314. Também existe uma importante diferença na renda média comparada entre os trabalhadores do setor público e do setor privado, R\$2.192 e R\$1.211 respectivamente. Entre os trabalhadores do setor privado a uma diferença substancial entre os que têm carteira assinada e os que não têm, R\$1.403 e R\$772.

Dentre os que desenvolvem alguma ocupação, 71% trabalham para terceiros, são empregados; 2,3% são empregadores; 25,6% trabalham por conta própria e 1,1% trabalham auxiliando algum membro da família, trabalhador familiar auxiliar.

### Distribuição da Força de Trabalho

Aproximadamente 75% da força de trabalho está concentrada nas atividades econômicas ligadas ao setor de serviços, fundamentalmente no comércio e na administração pública.



<b>Alagoas: Distribuição percentual das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas. – 1º trimestre de 2018</b>	
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	11,5
Indústria geral	5,9
Indústria de transformação	5
Construção	7,9
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	21,4
Transporte, armazenagem e correio	5
Alojamento e alimentação	5,2
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	8,1
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	23,7
Outro serviço	4,1
Serviço doméstico	7,2
Atividades mal definidas	0

**Fonte:** IBGE - Pesquisa Nacional por Domicílios Contínua trimestral. Primeiro trimestre de 2018

## GERAÇÃO DE EMPREGO NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL

Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED<sup>5</sup> do Ministério do Trabalho, entre janeiro de 2014 e janeiro de 2018 o mercado formal de trabalho de Alagoas teve um saldo negativo de 32.895 postos de trabalho, levando em consideração que nesse mesmo período o número de admissões somaram de 479.516 e os de desligamentos 512.411.

Os trabalhadores ligados a cultura da cana de açúcar foram os mais atingidos pelos desligamentos, 122.110, contra 106.2010 admissões, originando um saldo negativo de 15.900 postos de trabalho, seguidos pelos trabalhadores da construção civil, fundamentalmente Serventes de Obra e Pedreiros, que acumularam uma perda de 5.473 postos e dos trabalhadores do comércio varejista.

---

<sup>5</sup> Segundo Ministério do Trabalho: “O CAGED constitui importante fonte de informação do mercado de trabalho de âmbito nacional e de periodicidade mensal. Foi criado como instrumento de acompanhamento e de fiscalização do processo de admissão e de dispensa de trabalhadores regidos pela CLT, com o objetivo de assistir os desempregados e de apoiar medidas contra o desemprego. A partir de 1986, passou a ser utilizado como suporte ao pagamento do seguro-desemprego e, mais recentemente, tornou-se, também, um relevante instrumento à reciclagem profissional e à recolocação do trabalhador no mercado de trabalho.” Ver: <http://pdet.mte.gov.br/o-que-e-caged>.

**Ocupações da Economia de Alagoas com os menores saldo de empregos criados entre janeiro de 2014 e janeiro 2018**

	Salário Médio Adm.	Admissão	Desligamento	Saldo
Trabalhador da Cultura de Cana-De-Acucar	R\$ 874,26	106210	122110	-15900
Servente de Obras	R\$ 854,69	34671	38007	-3336
Vendedor de Comercio Varejista	R\$865,01	29812	32833	-3021
Pedreiro	R\$ 1.174,73	12123	14260	-2137
Motorista de Caminhao (Rotas Regionais e Internacionais)	R\$ 1.236,20	9397	11326	-1929
Vigilante	R\$ 839,11	3506	4876	-1370
Auxiliar de Escritorio, em Geral	R\$ 843,56	15416	16248	-832
Tratorista Agricola	R\$1.009,13	2705	3468	-763
Gerente Administrativo	R\$2.083,27	1701	2275	-574
Supervisor Administrativo	R\$ 1.840,59	1371	1934	-563

**Fonte:** CAGED- [bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_perfil\\_municipio/index.php](http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php)

As ocupações que mais foram criados novos postos de trabalho estiveram ligadas aos serviços de telemarketing - Operadores de Telemarketing Ativo e Receptivo e Operadores Receptivos - que entre 25.874 admissões e 15.275 desligamentos, constituíram um saldo de 10.599 novos postos de trabalho, acompanhados por Faxineiros e Alimentadores de linha de Produção, como pode ser visto na tabela:

**Ocupações da Economia de Alagoas com os maiores saldos de empregos criados entre janeiro de 2014 e janeiro 2018**

	Salário Médio Adm.	Admissão	Desligamento	Saldo
Operador de Telemarketing Ativo e Receptivo	825,07	21923	13911	8012
Operador de Telemarketing Receptivo	802,50	3951	1364	2587
Faxineiro (Desativado em 2010)	856,99	9304	8003	1301
Alimentador de Linha de Producao	876,13	5344	4625	719
Tecnico de Enfermagem	925,29	2844	2127	717
Atendente de Lojas e Mercados	915,38	1457	997	460
Embalador, a Mao	796,94	2108	1713	395

**Fonte:** CAGED- [bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_perfil\\_municipio/index.php](http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php)

### **3.2 TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA**

Serão priorizados o transporte ferroviário, as ciclovias/ciclo-faixas e outras alternativas limpas aos veículos particulares automotores, a ampliação do saneamento básico nas áreas populares e a realocação dos recursos para o fortalecimento da infraestrutura necessária ao desenvolvimento da agropecuária, da indústria e do comércio efetivados pelas pequenas unidades e cooperativas. As grandes obras serão apoiadas apenas quando forem ecologicamente sustentáveis e produzam imediatamente a melhoria da qualidade de vida e da distribuição de renda, como é o caso da implantação do metrô na cidade de Maceió e da revitalização de rios e lagoas. Será revista a posição do governo alagoano sobre a política de vazão da Usina Hidroelétrica de Xingó, no sentido de garantir uma quantidade de água suficiente para o equilíbrio ecológico do baixo São Francisco e o seu uso racional pela população ribeirinha. Estará garantida a gestão estatal do Canal do Sertão e das áreas à suas margens, garantidos os princípios da justiça social e da sustentabilidade ecológica.

Propostas:

- Ampliação do sistema de saneamento básico do estado;
- Criação de um sistema de interligação do sistema de VLT à Universidade Federal de Alagoas e ao Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares.
- Incremento de alternativas para escoamento da produção agrícola e agropecuária voltada para pequenos e médios produtores;
- Criação de ciclovias em diversos pontos do estado, estimulando como alternativa de transporte da população e como elemento de atração turística para o Estado;
- Gestão estatal do canal do sertão, viabilizando sua utilização pelos pequenos e médios produtores do estado.
- Investimento em energias limpas (eólica e solar).

### **3.3 INDÚSTRIA**

Em uma economia atrasada e retardatária como a alagoana, de industrialização restringida, onde as indústrias canavieira e química são ilhas no sistema econômico e a maior parte dos produtos industrializados são importados, há amplo espaço para o desenvolvimento da pequena

indústria de bens de consumo corrente, capaz de aumentar o número dos empregos e garantir renda para milhares de trabalhadores. Essa indústria pode se desenvolver com celeridade a partir do planejamento estatal e de um tratamento tributário diferenciado. Mas é preciso garantir que a intensidade de mão de obra venha acompanhada da inovação e do desenvolvimento tecnológico, para evitar o retrabalho e o paternalismo, e ligar essa indústria ao setor de serviços, uma das principais tendências mundiais.

Na indústria, concebida no seu sentido amplo e contemporâneo, que abarca setores tradicionais, como o moveleiro e o de confecções, e também as áreas de serviços com densidade tecnológica ou de elevado grau de inovação econômica, o foco será nas micro e pequenas unidades fabricantes de bens de consumos corrente para o mercado interno e nas participantes da economia criativa, ou seja, aquela na qual se produz a partir da arte, da ciência e da atividade cultural, baseando o processo de trabalho na inovação estética, científica e tecnológica. O estado partirá do princípio de que a pequena unidade também pode ser nicho de inovação e excelência, desde que conectada a um sistema de desenvolvimento tecnológico centrado nas universidades e institutos de pesquisa.

#### Propostas:

- Estímulo à pequena produção agrícola, através da oferta de **crédito diferenciado**, via Desenvolve; (o crédito é fundamental para a expansão da produção e a Desenvolve poderia cumprir o papel de oferecer condições diferenciadas àquelas praticadas pelos bancos oficiais)
- Estímulo à **formação de cooperativas**(agropecuárias e de crédito) para realizar o **processamento industrial** no próprio estado e facilitar a comercialização da produção;
- Estímulo à formação de **cooperativas de produção**;
- Incentivar a **indústria do leite em Alagoas**, criando um programa público de apoio aos produtores e processos de beneficiamento para agregar valor aos produtos produzidos no estado;
- Garantir o funcionamento da **fábrica da pedra** em Delmiro Gouveia, resgatando a produção industrial do sertão alagoano.

### 3.4 COMÉRCIO E SERVIÇOS

No comércio e nos serviços, serão priorizados os empreendimentos individuais que sustentam milhares de famílias, estão inseridos no mercado informal e enfrentam a repressão e o

desestímulo por parte das prefeituras e do governo estadual, frequentemente disfarçados por meio da interpretação discricionária das leis de convívio urbano e vigilância sanitária. O comércio informal, fixo ou ambulante, é atividade secular, uma das mais acessíveis alternativas de emprego e renda, pois não necessita de aporte significativo de capital inicial, e precisa, para auxiliar ainda mais o desenvolvimento econômico, apenas ser compatibilizado com as outras necessidades da população, como o ordenamento urbano e a higiene pública.

As micro e pequenas empresas formais também serão um dos focos do governo nessa área, principalmente no que se refere à desburocratização relativa aos tributos estaduais, aos serviços da Junta Comercial e de outros órgãos reguladores, como o Corpo de Bombeiros e a vigilância sanitária, à capacitação da força de trabalho, por meio da melhoria da educação básica e da parceria com o Sistema S em cursos de capacitação, e ao acesso das empresas ao sistema estadual de desenvolvimento científico e tecnológico.

Propostas:

- Estímulo aos empreendimentos de **economia solidária**, através de formação técnica (Sebrae, Senai, Senac), crédito (Desenvolve);
- Estímulo às atividades de **economia criativa**;
- Desburocratização do pagamento e processamento dos tributos estaduais, eliminando a presunção de culpabilidade do contribuinte na sua relação com o fisco;
- Criação de espaços públicos e democráticos para discussão com os setores ligados ao comércio quanto às atividades regulatórias do estado.

### 3.5 AGRICULTURA E PESCA

A ideia norteadora da ação governamental no campo será a superação da monocultura e do sentido predominantemente exportador da agropecuária alagoana e a construção de um modelo focado na pequena unidade produtiva, no mercado interno, na segurança alimentar, na garantia dos direitos trabalhistas, no avanço tecnológico e na sustentabilidade ambiental.

Serão priorizadas as milhares de unidades campestres das três mesorregiões do estado, um dos pilares da economia e da cultura locais, e as iniciativas de reforma agrária fundadas na pequena propriedade e em cooperativas agroindústrias para agregação de valor a partir de iniciativas

inovadoras e da incorporação do conhecimento produzido pela parceria entre camponeses/camponesas e o sistema estadual de ciência e tecnologia, focado nas universidades (UNEAL, UNSICAL e UFAL), na EMATER-AL e no IFAL. Superar a porcentagem injustificada de importação de alimentos, oferecer matérias primas agrícolas para as micro e pequenas empresas da indústria, do comércio e dos serviços e, subsidiariamente, para a exportação de produtos com alto valor agregado. Articular a ampliação da oferta de produtos agropecuários de qualidade, produzidos a partir de princípios agroecológicos, com o desenvolvimento do comércio local, das feiras tradicionais e do setor de serviços das cidades, com o objetivo de superar uma sociedade da escassez de alimentos e da monocultura por uma de segurança alimentar, de inovação, conhecimento e de agregação de valor aos produtos agropecuários.

Racionalização do setor açucareiro baseada na retirada de subsídios, subvenções, isenções e priorizações de competência do governo estadual com o objetivo de reduzi-lo às unidades viáveis por seus próprios meios e financeiramente capazes de respeitar os direitos trabalhistas e civis dos trabalhadores, e de reconversão das áreas abandonadas pela agroindústria canavieira para o reflorestamento e as atividades ecológica e socialmente sustentáveis, que possam manter ou ampliar o nível de emprego e de renda dos municípios com racionalidade financeira e ambiental, seja a partir da reforma agrária, no caso da latifúndios improdutivos das usinas falidas, ou do redirecionamento da estrutura fundiária vigente para novas culturas e atividades exploradas em regime de policultura.

#### Propostas:

- Política de Escoamento e comercialização da produção de Alagoas de forma a incentivar a produção agrícola do Estado;
- Estímulo à pequena propriedade agrícola para a diversificação produtiva e maior oferta local de alimentos, abastecimento das cidades e redução dos custos de vida. [\(a importação de alimentos de outros estados encarece o custo de vida em Alagoas, subutiliza o potencial produtivo agrícola e marginaliza força de trabalho\)](#)
- Construção de Espaços públicos de comercialização;
- Construção de matadouros em locais estratégicos do estado;
- Fomento à atividades de beneficiamento da produção agrícola do Estado;
- Reconstruir a EMATER como instrumento de desenvolvimento no campo;
- Utilizar recursos do FECOEP na política de fomento às semente crioulas;
- Parcerias com as Universidades Estaduais para fomento de tecnologia para as pequenas e médias propriedades agrícolas do estado.
- Utilização do poder de compra do Estado (até 30%) como instrumento e estímulo da atividade agropecuária, via **compras públicas**;

- **Aquisição de alimentos da agricultura familiar** para a merenda escolar, via Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae); **(além e estimular a produção da agricultura familiar, contribui para a melhoria da saúde pública)**

### 3.6 CIÊNCIA E TECNOLOGIA

As rápidas transformações na economia e na sociedade impõem aos governos uma nova forma de estruturar a produção de conhecimento e de ser um agente facilitador de tecnologias que facilitem a vida da população. Com o avanço dessa área, é preciso que o governo estadual entenda os cenários nacionais e internacionais e avalie, enquanto é tempo, as tecnologias digitais e, inclusive, a produção de conteúdo gerado a partir dela como ferramentas essenciais de uma profunda transformação tanto nos governos como na inclusão da sociedade.

A nível nacional, recentemente houve o lançamento da Estratégia Brasileira para Transformação Digital, um documento produzido por entidades da administração pública federal, comunidade científica, acadêmica, setor produtivo e sociedade civil. O contexto da E-Digital alinha-se aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas e ainda, segundo o documento, verifica-se que a economia digital representava 22% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil podendo chegar a 25,1% em 2021. Dentre os 17 objetivos e 169 metas destacamos as seguintes:

- \* Erradicação da pobreza: inclusão financeira dos mais pobres, pela combinação dos terminais móveis com acesso à internet, pagamentos móveis e novos instrumentos financeiros no ambiente digital;

- \* Saúde e bem-estar: uso de terminais móveis com acesso a base de dados médicas e viabilizando prontuários eletrônicos; e a Internet das Coisas com monitoração e diagnóstico remoto;

- \* Educação de qualidade: computadores com acesso à conteúdos digitais, ensino à distância, treinamento de professores e capacitação profissional;

A coligação “Reconstruir Alagoas” busca as melhores mudanças para a sociedade e, claro, sabe que essas transformações podem impactar mais um grupo de pessoas do que outras. O papel de pensar políticas públicas em C&T surge, justamente, para coordenar que essa apropriação ocorra de maneira reduzir a grande desigualdade hoje existente, em favor da construção de uma sociedade que combine justiça social e desenvolvimento.

E para que essa apropriação se dê de forma igualitária, é preciso que a política pública de produção da ciência em Alagoas tenha prioridade. Infelizmente, a nível nacional os dados revelam que essa não é uma prioridade dos governos. Não podemos permitir que a produção do conhecimento em nosso estado seja ainda mais impactada por essas políticas nacionais. Precisamos garantir a boa qualidade da pesquisa, extensão e inovação em Alagoas.

#### Propostas:

- Estimular os alunos da rede pública de ensino a participarem de eventos nacionais e internacionais;
- Incentivar os alunos das universidades estaduais a produzirem conteúdo de pesquisa e extensão focado nos problemas do Estado;
- Criar uma plataforma digital que integre e disponibilize toda a produção de conteúdo dos ensinos médio e superior;
- Implantar setores de inovação dentro de todas as Secretarias com objetivo de desenvolver novas metodologias para resolução de problemas complexos;
- Criação de um Instituto de Pesquisas a exemplo da Fundação Joaquim Nabuco em Pernambuco. A **Fundação Nise da Silveira**;
- Fomentar os negócios digitais produzidos no Estado e incentivá-los a permanecerem e prosperarem no mercado alagoano;
- Efetivar o Polo de Tecnologia e Informação de Maceió;
- Difundir o acesso à internet em todos os municípios;
- Aumentar a transparência e o controle social das atividades estatais;
- Prover mais e melhores serviços públicos digitais;
- Ampliar a participação social na formulação das políticas públicas;
- Incentivar o crescimento e qualidade das Universidades Estaduais como instrumento de desenvolvimento econômico e social do Estado.

### 3.7 TURISMO

O relatório do Fórum Econômico Mundial de 2017 aponta o Brasil como o 1º lugar do planeta no quesito diversidade de recursos naturais, além de se destacar na 8ª posição no item recursos culturais. Em Alagoas, podemos considerar também que o grande destaque se deve aos nossos recursos naturais, especificamente o litoral que é o principal cartão-postal do turismo



alagoano. Um potencial explorado por grandes empresas, mas que precisa avançar e se adequar aos novos tempos, proporcionando uma experiência mais regional, sustentável, competitiva e inovadora.

O Plano Nacional do Turismo, onde Alagoas está inserida como destino, proposto até o ano de 2022, revela uma tendência de crescimento do setor. No âmbito do mercado doméstico, ou seja, viajantes dentro do próprio país, foi identificado que o turismo interno é dez vezes maior que o volume do turismo internacional. Um dado diretamente relacionado a classe de renda da população.

O turismo é uma cadeia que envolve a geração de empregos diretos e indiretos com atividades relacionadas a hotelaria, agências de turismo, companhias aéreas, transporte de passageiros, restaurantes e empreendimentos de lazer. Uma cadeia que depende da consolidação de outras políticas públicas, como a segurança e meio ambiente. A estrutura logística de empresas, hotéis e serviços fica totalmente inviável se não priorizarmos uma agenda sustentável alinhada aos objetivos da Agenda 2030 das Nações Unidas que pense na redução e compensação das emissões de carbono e impactos das mudanças climáticas.

Como exposto, o mercado doméstico é a mola propulsora do turismo brasileiro. Para tal, é fundamental o fortalecimento da regionalização do turismo, respaldado inclusive por lei através da Política Nacional de Turismo. Aqui, queremos destacar um dos objetivos: *“promover, descentralizar e regionalizar o turismo, estimulando estados, Distrito Federal e municípios a planejar, em seus territórios, as atividades turísticas de forma sustentável e segura, inclusive entre si, com o envolvimento e a efetiva participação das comunidades receptoras nos benefícios advindos da atividade econômica”*.

A coligação “Reconstruir Alagoas” quer focar nesse público doméstico e também no público interno para estimular que os próprios alagoanos conheçam a sua história, geografia, recursos naturais e fortaleçam as comunidades locais. Como estimular os alagoanos a fazerem turismo no próprio estado, em suas diversas regiões: litoral, sertão, agreste, zona da mata? E aqui compreendemos o conceito de sustentabilidade não exclusivamente na preservação dos recursos naturais, mas da cultura e da integridade das comunidades visitadas.

É preciso também identificar a realidade de que não só o turismo, como os mais diversos setores da economia, estão sendo transformados pelos negócios digitais com soluções e identificação de um problema ou segmento não atendido. Acreditamos também que esse cenário de inovação e tecnologia, pode e deve ser estimulado a se integrar ao setor.

Entretanto, essa inovação ocorre de maneira desigual priorizando as grandes estruturas e deixando à margem as micro e pequenas empresas, principalmente aquelas mais distantes dos principais pólos

de desenvolvimento. É preciso sim investimento para que as comunidades consigam competir em condições de igualdade.

#### Propostas:

- Fomentar a regionalização do turismo;
- Instituir um programa de capacitação das comunidades que estão situadas como destinos turísticos;
- Viabilizar políticas de transporte terrestre e hospedagem para estimular o turismo dos alagoanos dentro do próprio Estado;
- Promover o turismo de experiência alinhando recursos naturais, comunidade local, principais matérias-primas e fonte de renda da região, indo além do contemplativo e ingressando no turismo “imersivo”;
- Articular as áreas do turismo e educação como foco no conhecimento da história e geografia dos alunos da rede pública;
- Criar calendário de turismo com datas comemorativas da cultura alagoana e imersões nos principais folguedos do estado;
- Criar uma plataforma digital para o Turismo de Experiência com informações e serviços de cada local;
- Fomentar negócios digitais para estimular o turismo doméstico

## **4. SOCIAL**

### **4.1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA**

Alagoas é um estado pequeno e que convive com a pobreza e a pobreza extrema, ocupando uma área territorial de 27.774.993 km<sup>2</sup>. Segundo o censo demográfico de 2010 a população alagoana é de 3,1 milhões de habitantes, sendo aproximadamente 51% do sexo feminino e 49% masculino. Desses, 18,33% compreendem a faixa etária até 09 anos de idade; 30,16% entre 10 e 24 anos; 29,6% entre 25 e 44 anos; 15,9% entre 45 e 65 anos; 6,0% igual ou superior a 65 anos de idade.

No que se refere às informações sobre cor/raça, a população de Alagoas possui um perfil consideravelmente diferente do país. No Brasil, os negros são pouco mais da metade da população total (53,6%). Já em Alagoas, eles representam 71,3% da população, índice mais próximo da realidade do Nordeste, onde 72,5% da população é negra. Menos de 30% dos alagoanos se declaram brancos, enquanto na média nacional eles são 45,5%.

A ocupação do Estado é predominantemente urbana, onde residem 73,6% dos habitantes, enquanto os demais (26,4%) residem em área rural. Maceió abriga 29,9% da população, que por sua vez apresenta um grau de urbanização de 70%.

A renda média mensal do alagoano é a pior do país, registrando em 2015 um valor de 659 reais. A situação de miséria em Alagoas salta aos olhos uma vez que cerca de 600 mil pessoas vivem numa situação de extrema miséria sobrevivendo com apenas 230 reais mensais. A percentagem da população em situação de miséria em Alagoas (20,3%) é notoriamente maior que a média brasileira (8,5%) e também maior que a média do Nordeste (18,1%).

O IDH de Alagoas (0,631) é o pior do Brasil. Já para o coeficiente Gini, o dado disponível para o estado de Alagoas é de 2010 (IBGE) e o índice do estado é de 0,634, o 22º no ranking nacional que considera os 27 estados do Brasil.

O atual governo aumentou a tributação destinada ao FECOEP sem, no entanto, formular um Plano de Combate e Erradicação da Pobreza como determina a Lei Estadual n. 6.558, de 30 de dezembro de 2004, em seu art. 5, VI. O artigo seguinte determina as diretrizes que devem ser observadas pelo referido Plano:

Art. 6 O Plano Estadual de Combate à Pobreza observará as seguintes diretrizes:

I – superação da pobreza e redução das desigualdades sociais;

- II – acesso de pessoas, famílias e comunidades a oportunidades de desenvolvimento integral;
- III – geração de oportunidades econômicas e de inserção de pessoas na faixa economicamente ativa no setor produtivo; e
- IV – combate aos mecanismos de geração da pobreza e de desigualdades sociais.

Tal plano deve ser elaborado para implementar de fato o combate à pobreza como política de Estado. Hoje os recursos são destinados aleatoriamente pelo governo sem nenhuma diretriz pública para realização dos gastos.

Propostas:

- Formular o Plano Estadual de Combate a Pobreza com ampla participação popular, por meio de audiências públicas e submetendo sua aprovação a referendo;
- Planejar e implementar ações de superação da pobreza e de redução das desigualdades regionais;
- Planejar e implementar ações de acesso de pessoas, famílias e comunidades a oportunidades de desenvolvimento integral;
- Planejar e implementar ações de geração de oportunidades econômicas e de inserção de pessoas na faixa economicamente ativa no setor produtivo;
- Planejar e implementar ações de combate aos mecanismos de geração da pobreza e de desigualdades sociais;

## **4.2 SAÚDE**

O Sistema Único de Saúde (SUS) surge a partir do processo chamado Reforma Sanitária Brasileira que teve como resultados mais significativos o Relatório da VIII Conferência Nacional de Saúde em 1986 e sua aprovação na Constituição de 1988 que deu o arcabouço legal para a construção do SUS. Desde o seu nascimento esse processo tem sido alvo de ataques tanto dos setores mais atrasados do patrimonialismo brasileiro quanto dos defensores do neoliberalismo.

Em Alagoas, o Sistema Único de Saúde, agoniza por reformas estruturais na forma de gerir os recursos, sem um planejamento estratégico que atenda as demandas da população. Hospitais sucateados, exemplo o Hospital Geral do Estado sofre de um problema gravíssimo, que por ser o hospital de maior atendimento nas áreas de urgência e emergência, a falta de leitos é constante, transformando as macas das ambulâncias e das viaturas de atendimento dos Bombeiros em leitos, profissionais que não atendem a carga horária exigida, má qualificação de mesmos, fraudes na

contratação de pessoal, desvalorização das carreiras em saúde, má gestão de serviços de regulação dos leitos.

Apoiamos o projeto histórico da reforma sanitária brasileira e do Sistema Único de Saúde (SUS). Entendemos que a saúde tem relação direta com a classe social e as condições de vida de cada cidadão. Ou seja, a saúde está relacionada às circunstâncias de trabalho, ao saneamento básico, à qualidade do transporte, às políticas de educação, ao direito ao lazer, entre outros pontos. Queremos contribuir para o fortalecimento da luta por um sistema de saúde com acesso universal, integral, gratuito e igualitário.

Propostas:

- Implantar uma gestão democrática, melhorar a qualidade no atendimento e implementar uma política de valorização profissional.
- Implementar um plano de transição do sistema atual, que prioriza a gestão privada, para um sistema de gestão pública, evitando a desorganização do serviço e a desassistência, garantindo, em acordo com estrutura orçamentária do Estado, o progressivo encerramento de todas essas formas de privatização e terceirização da Saúde: OS's e OSCIP's, Fundações Estatais de Direito Privado, e Empresas Públicas de Direito Privado;
- Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do Estado, para criar um Plano de Cargos, Carreiras e Salários para as diferentes categorias da saúde assegurando a isonomia salarial;
- Criação de redes de média complexidade nos hospitais em municípios polos de Alagoas;
- Criação de um ambulatório infantil em Arapiraca;
- Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do estado, para regionalizar as ações da Secretaria Estadual de Saúde.
- Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do estado, para garantir a recomposição salarial gradual dos servidores da saúde de todas as áreas, como elemento de impacto na qualidade dos diagnósticos;
- Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do estado, para realizar concursos públicos para a recomposição do quadro de servidores, especialmente na rede básica e nos hospitais, em gradual substituição dos trabalhadores terceirizados;
- Fortalecer uma nova cultura de atenção ao cidadão e de condições dignas de trabalho nas unidades de saúde e hospitais, valorizando estes trabalhadores através da criação de instrumentos de educação permanente, democratizando os mecanismos de produção, acesso e circulação de informações em saúde para a redução das desigualdades sociais;
- Capacitar os trabalhadores do SUS, incluindo os gestores e os formuladores de políticas, no acesso, processamento e análise dos dados de interesse da saúde no estado de Alagoas, para que a

informação em saúde sirva à tomada de decisão, incluindo acesso a bases de dados especializados com protocolos clínicos, literaturas setoriais e redes bibliográficas.

- Reestruturar os sistemas de regulação de leitos visando ampliar a sua agilidade e eficácia;
- Criar a superintendência de logística em Saúde de Alagoas, visando retomar o controle público sobre a compra e distribuição de medicamentos e insumos na rede estadual de saúde;
- Promover cursos de formação sobre as especificidades das minorias étnico raciais, capacitando os servidores e gestores da saúde para lidar com as questões específicas dessa população;
- Criar o programa de estágio de doulas para garantir a formação dessas profissionais;
- Elaborar uma política estadual intersetorial de atenção integral a pessoas que usam álcool e outras drogas, coordenada pela Secretaria Estadual de Saúde.

### **4.3 EDUCAÇÃO**

Segundo o IBGE, o Brasil possui 11,8 milhões de analfabetos, o que abrange 7,2% da população com mais de 15 anos, e se considerarmos os analfabetos funcionais esse número aumenta consideravelmente. O Nordeste brasileiro tem números ainda piores, 14,8% é taxa de analfabetismo nesta região.

Apesar da maior taxa de analfabetismo ser entre as pessoas com mais de 60 anos (20,4%), é preocupante tais taxas nas faixas etárias da população economicamente ativa.

A produtividade do trabalhador brasileiro é baixa quando comparadas aos países desenvolvidos, um dos motivos para isso é o nível educacional do brasileiro, mais da metade da população tem apenas o ensino fundamental completo e apenas 15,3% completaram o ensino superior.

Se olharmos mais de perto dados sobre jovens entre 15 e 29 anos nos assustamos, pois 25 milhões de pessoas nessa faixa etária estão fora da escola. E 20% não trabalham nem estudam.

Vários motivos fazem com que homens e mulheres dessas idades não estejam na sala de aula, o principal motivo é o trabalho, para 50,5% dos homens esse é o principal motivo, para as mulheres, esse é o motivo de 30,5%.

A carga machista que existe na sociedade brasileira traz consequências também no abandono de jovens mulheres do estudo, enquanto apenas 0,8% dos homens abandonaram os estudos por conta de afazeres domésticos, este número é de 26,1% para as mulheres.

Dito isso, torna-se visível que a evasão escolar é um grande problema social para o Brasil, há 430 mil crianças entre 6 e 14 anos fora da escola e 1,5 milhão de jovens entre 15 e 17 que estão sem estudar.

Segundo o MEC, no Brasil, há 184,1 mil escolas — sendo que a maior parte (112,9 mil, o que equivale a dois terços) é de responsabilidade municipal. Do total de colégios, 21,7% são particulares. 116 mil instituições de ensino oferecem ensino fundamental. O ensino médio é oferecido em 28,5 mil instituições de ensino que atendem 7,9 milhões de matriculados, dos quais 7,9% têm atividades em tempo integral (em 2016, eram 6,4%). Já no ensino fundamental, que tem 48,6 milhões de matriculados, a taxa de alunos em período integral é de 13,9%.

Temos o estado com a pior taxa de analfabetismo do país, com cerca de 18,2% de pessoas que não sabem ler e escrever, o que equivale a 474 mil alagoanos analfabetos. Estamos a frente do Maranhão e Piauí (ambos com 16,7%) nesse quesito, segundo dados do IBGE via da pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua). Nota-se por exemplo, que há muito pouca diferença entre os índices atuais e os de 2012<sup>6</sup>, ainda na gestão Téo Vilela (PSDB)<sup>7</sup>.

Alagoas tem o pior resultado também nas avaliações do PISA, ficando em último posto em três áreas avaliadas: a compreensão de matemática, leitura e ciências. Assim como também tem uma das piores notas do IDEB<sup>8</sup>.

De acordo com o Censo Escolar de 2015, a rede estadual de educação em Alagoas é composta por 2.609 escolas públicas das quais 306 são escolas estaduais. Destas, 272 unidades (89%) estão localizadas em área urbana e 34 (11%) em área rural.

O estado possui médias maiores que o Nordeste e o Brasil em taxa de evasão/ abandono no ensino fundamental e médio, taxa distorção idade-série no ensino fundamental e médio e taxa de reprovação no ensino fundamental.

Em 2016 foi aprovado o PEE, Plano Estadual de Educação, que basicamente o mesmo que o PNE de 2014, o que significa que possui as mesmas limitações. Já na gestão de Temer, Alagoas conseguiu renegociar sua dívida com a União, em contrapartida terá que congelar por alguns anos os gastos em saúde e educação, ou seja, para conseguir renegociar a dívida, Alagoas precisará

---

<sup>6</sup> <https://novoextra.com.br/so-no-site/geral/4527/alagoas-tem-a-pior-educacao-do-pais-segundo-ideb, 2012>

<sup>7</sup> A redução da taxa de analfabetismo em comparação com a gestão Vilela foi de 0,6%, segundo dados da PNAD 2016.

<sup>8</sup> <https://www.qedu.org.br/estado/102-alagoas/ideb>

aplicar um mini EC 95 no estado. Tal política será extremamente danosa pra a educação alagoana que, como vimos, possui os piores índices do país.

O Projeto Escola Livre foi vetado pelo governador Renan Filho, porém o veto foi derrubado pela atrasadíssima Assembleia Estadual de Alagoas. No final a o ministro do STF Barroso suspendeu liminarmente os efeitos da lei.

A contrarreforma do Ensino Médio do governo Temer tem impactos diretos em Alagoas. A retirada do Espanhol das escolas públicas do estado é um ataque direto a educação pública. Enquanto as escolas particulares em geral mantiveram o espanhol, as escolas públicas tiveram a disciplina retirada durante um tempo. Cerca de 78 professores trabalham na rede estadual apenas com o ensino dessa língua.

Devem ser significativamente ampliados os orçamentos e as políticas de educação e de cultura com o objetivo de expandir a consciência de cidadania e melhorar a qualificação da força de trabalho, objetivando principalmente a superação do analfabetismo funcional, uma das causas da baixa produtividade econômica, e no amplo acesso à produção artística e cultural em todos os níveis. Isso implicará na construção de uma política de apoio efetivo aos artistas, grupos e produtores culturais, a revitalização e a modernização da gestão dos equipamentos de cultura e seu entrelaçamento com a rede escolar estadual e a parceria com as redes municipais. A educação e a cultura serão tratadas, portanto, como direitos necessários ao desenvolvimento integral dos indivíduos e também como duas variáveis decisivas para o desenvolvimento social e econômico, superando a falsa dicotomia entre investimento em educação/cultura e investimento produtivo.

#### **4.3.1 O ESCOLA SEM PARTIDO (“ESCOLA LIVRE”)**

No final de 2015 e início de 2016, setores fundamentalistas da sociedade alagoana e ultraconservadores, dentro de um contexto geral de aprofundamento do conservadorismo no seio da sociedade, levaram a frente o projeto Escola Livre, Lei 7.800/2016, que vem a ser praticamente o mesmo texto do PL conhecido com Escola “Sem Partido”, que visa combater a “doutrinação ideológica e comunista” nas salas de aula. O projeto foi aprovado na Assembleia Legislativa na segunda vez em que foi posto em votação, após o veto do governador ter sido derrubado, durando até março de 2017, quando o STF passa a declarar o projeto inconstitucional<sup>9</sup>. É importante a

---

<sup>9</sup> <<https://www.conjur.com.br/2017-mar-22/liminar-suspende-lei-alagoas-criou-programa-escola-livre>



coligação estar na linha de frente contra esse projeto que limita a liberdade de aprender, ensinar e se expressar do professor em sala de aula.

A coligação defende uma educação básica libertadora, democrática, com liberdade de ensinar e aprender, assim como reafirmamos a importância de uma total autonomia universitária, das nossas universidades públicas, além de liberdade de cátedra para os professores (das escolas públicas e privadas), contra o Escola Sem Partido.

#### **4.3.2 SOBRE O DEBATE DE GÊNERO:**

Precisamos explicar pacientemente a uma enorme base social conservadora a falácia da “ideologia de gênero”, que é um espantalho usado pela direita conservadora para impedir o debate sobre as mais diversas opressões que acontecem cotidianamente em nossa sociedade como às opressões acometidas contra mulheres, integrantes LGBT e população negra. Nosso estado coleciona os piores índices não somente referentes à educação, mas também referente à violência contra mulheres, além de vermos cotidianamente a violência e extermínio a jovens negros.

A coligação reafirma a necessidade de políticas públicas que assegure uma considerável diminuição da violência contra mulheres e contra a população LGBT, pois todos devem ser tratados com igualdade e respeito, inclusive com igualdade de oportunidade.

#### **4.3.3 REFORMA DO ENSINO MÉDIO**

Aprovada de forma antidemocrática durante o governo Michel Temer, pois não houve discussão com a comunidade, principalmente sem a presença dos professores, consiste em um duro golpe contra a educação pública, com a redução da carga horária de disciplinas a partir de itinerários formativos que são Linguagens, Matemática, Ciências na Natureza, Ciências Humanas e Sociais aplicadas e Formação Teórica e Profissional. Criando-se uma falsa liberdade dos estudantes para escolher a melhor formação de acordo com seu objetivo profissional e sucateando mais o ensino, promovendo uma educação aligeirada para os filhos da classe trabalhadora, reduzindo a obrigatoriedade das disciplinas a português e matemática (tal como a BNCC aprovada), excluindo

disciplinas como o Espanhol, que foi temporariamente retirado das escolas públicas aqui em AL por um tempo.

#### 4.3.4 MONITORIA E CONCURSOS DA EDUCAÇÃO

Alagoas há muitos anos mantém a educação estadual, sustentada por um sistema de contratação, conhecido como “monitoria”, que em tese deveria ser uma exceção para quando fosse necessário substituir um professor em licença de suas atividades docentes por questões de saúde, capacitação ou gravidez, porém, em Alagoas a exceção se tornou regra. Atualmente a maioria dos professores em sala de aula na rede pública estadual é de contratados/monitores com rodízio de contratos que duram em média 2 anos, sem garantias empregatícias o que gera uma constante insatisfação e sensação de insegurança nos docentes contratados, os quais têm família, se dedicam à educação, porém não, são valorizados enquanto servidores. O atual governo, de Renan Filho, realizou uma farsa de concurso para professores em 2018, oferecendo um número irrisório de vagas que não correspondem às reais necessidades das escolas estadual de educação básica.

Propostas:

- Fazer concurso público para contratação de professores para a rede estadual, aumentando a relação professor(a)/aluno(a), investindo em regimes de **dedicação exclusiva**;
- Valorizar o servidor público/docente num formato de diálogo com a base. Assim como defender a valorização do professor da rede privada do estado, via fiscalização de condições de trabalho e piso salarial através do Conselho Estadual de Educação;
- Ampliar o investimento na educação pública estadual em Alagoas;
- Efetivar a educação integral em todas as escolas estaduais, focando o segundo turno de aulas nas atividades esportivas e de desenvolvimento cultural (teatro, música, cinema, artes plásticas, etc.), o que implica em dotar as unidades de educação dos equipamentos necessários a essas atividades, como quadras, piscinas, ginásios, teatros e salas de mídia;
- Criar uma rede de bibliotecas públicas estaduais, próximas às escolas estaduais e que possam atender não apenas os estudantes e professores(as) como a toda comunidade circunvizinha;
- Ampliar o ensino de línguas estrangeiras na rede estadual de ensino;
- Implantar um programa de cultura indígena, para resgatar e preservar a cultura indígena no Estado de Alagoas, com foco nas escolas localizadas em áreas indígenas do Estado, iniciando em Palmeira dos Índios, e ampliando para todo o estado;
- Implantar na rede estadual o programa **Psicólogo na Escola**, para dar assistência aos estudantes e professores da rede estadual;

- Implantar na rede estadual o programa **Assistente Social na Escola**, para dar assistência aos estudantes e professores da rede estadual;
- Resgate e uma real valorização do **CEPA**, como um espaço de Aplicação e Pesquisa em diálogo direto com às universidades e faculdades do estado, tornando o complexo do Cepa num verdadeiro centro de excelência;
- Ampliar os investimentos públicos nas **Universidades Estaduais**, garantido o funcionamento com excelência dos cursos já em funcionamento e ampliando a capacidade de diálogo com a sociedade, destinando um percentual da receita do orçamento do estado para o desenvolvimento, a exemplo do que acontece no Estado de São Paulo via LDO.

#### 4.4 SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS

Tratando diretamente com os dados brutos, de acordo com o *Atlas da Violência de 2018*, nos últimos dez anos, entre 2006 e 2016, 553 mil pessoas perderam a vida vítimas da violência. Números assustadores, que só são comparados a países que estão em guerra civil. Na Síria, por exemplo, 511 mil pessoas perderam a vida nos 7 anos de guerra civil que assola o país árabe. Somente no ano passado, o número de vítimas fatais da violência no Brasil foi 30 vezes maiores do que em todos os países Europeus.

Durante esse período de dez anos observado pelo *Atlas*, 71,5% das pessoas assassinadas são pretas ou pardas. O número de vítimas negras aumentou em 23,1%, enquanto o de pessoas não negras diminuiu 6,8%.

Em onze estados brasileiros tiveram um crescimento no índice de assassinatos, destes, com exceção do Rio Grande do Sul, todos os outros dez estados ficam ou no Nordeste ou na Região Norte.

Outro importante e assustador apontamento que o *Altas* traz, é que 33.590 mil jovens entre 15 e 29 anos foram assassinados somente no ano passado. As três maiores taxas de homicídios são de Sergipe, Rio Grande do Norte e Alagoas, respectivamente. Durante o ano passado, entre jovens foi registrado 65,5 homicídios a cada 100 mil habitantes. Ao vermos os jovens do sexo masculino, essa taxa de assassinatos quase dobra, partindo para 122,6. Se considerarmos os homens jovens negros, esta taxa de homicídio sobe para 280,6 a cada 100 mil. No mesmo período ocorreram no Brasil 62.517 assassinatos, um número nunca antes visto, com uma taxa de 30,7% a cada 100 mil habitantes. O número de assassinatos na subpopulação de homens negros jovens mostra um verdadeiro genocídio dessa juventude negra, que pode ser facilmente ligado a política estatal de guerra às drogas.

De acordo com o *Anuário brasileiro de segurança pública*, divulgado em 2017 pelo *Fórum Brasileiro* que estuda o tema, durante o ano de 2016, a cada 100 vítimas de homicídio no país, 71 são negras. No que tange a violência fatal contra as mulheres, as mulheres negras representam 65% das vítimas de feminicídio.

O mesmo *Anuário* divulgou que foram analisados 5.896 boletins de ocorrência de mortes causadas por intervenção policial entre 2015 e 2016, esse número representa 78% das mortes deste tipo durante o período. Retirando aqueles em que não estava informado a raça da vítima, foi identificado que 76,2% das mortes causadas por atuação policial são de pessoas negras.

O caso de Alagoas foi digno de atenção. Alagoas apresenta a terceira maior taxa de homicídios entre os jovens, 122,4. Quando consideramos os jovens do sexo masculino, o terceiro lugar de nosso estado se mantém, e as taxas praticamente dobram chegando ao absurdo número de 240 assassinatos a cada 100 mil habitantes.

No que tange a violência contra a população negra, Alagoas no ano de 2016 apresentou a terceira maior taxa de homicídios de negros do país, 69,7. Mas ao mesmo tempo, a taxa de mortes violentas entre os não negros foi a menor de todo o país, 4,1%. O *Atlas da Violência* coloca em comparação como se os não negros alagoanos vivessem nos Estados Unidos, que apresentou no mesmo período um ataque de 5,3 homicídios a cada 100 mil habitantes. Enquanto os negros de nosso estado morassem em El Salvador, com uma taxa de 60,1.

É preciso apontar esta realidade. Alagoas está assassinando seus jovens e em especial os negros. O direito à vida e a segurança é um tema recorrente para as negras e negros de Alagoas.

Dos dados apresentados podemos apontar que a desigualdade racial no Brasil, se apresenta de forma letal, quando tratamos da problemática da falta de políticas de segurança pública. Os negros, em especial os homens negros e jovens são o perfil das vítimas de homicídio no nosso país. A violência no Brasil tem cor, classe social e faixa etária específica. Os jovens negros brasileiros estão sujeitos a problemáticas específicas que jovens não negros não estão, em especial o direito a vida, ou a falta deste.

A conclusão que chega o Atlas confirma que:

os negros são também as principais vítimas da ação letal das polícias e o perfil predominante da população prisional do Brasil. Para que possamos reduzir a violência letal no país, é necessário que esses dados sejam levados em consideração e alvo de profunda reflexão. É

com base em evidências como essas que políticas eficientes de prevenção da violência devem ser desenhadas e focalizadas, garantindo o efetivo direito à vida e à segurança da população negra no Brasil. (Atlas da Violência, 2018)

O Atlas de 2018 revela que em 2016, 4.645 mulheres foram assassinadas no país, com um aumento de 6,4% em dez anos (2006-2016). Nesse mesmo ano as taxas de morte de mulheres negras é maior, o que não foge a regra de anos anteriores, a conclusão do relatório é que, no período compreendido entre 2006 e 2016, a taxa de homicídios de mulheres negras aumentou cerca de 15,4 %, enquanto que a taxa de mulheres não negras apresentou uma queda de 8%.

A partir daqui, iremos apresentar as mortes de mulheres em decorrência de sua condição de gênero, os chamados feminicídios. Os dados sobre este tema em específico ainda são muito frágeis devido a fragilidade dos registros tanto por parte dos órgãos de segurança pública, como dos dados do SIM (Sistema de Informação de Mortalidade) do Ministério da Saúde. Aqui iremos trabalhar com os dados do relatório do IPEA denominado “Mortalidade de Mulheres por agressões no Brasil: perfil e estimativas corrigidas (2011-2013)”. Esses dados, além de serem os mais confiáveis sobre o tema, ainda são muito atuais já que, como demonstrado no tópico anterior, as mortes de mulheres, especialmente de mulheres negras, continuam com dados alarmantes.

No período compreendido nesta pesquisa divulgada pelo IPEA (2011-2013), ocorreram 5.860 mortes de mulheres por causas violentas a cada ano, 488 a cada mês e 16 a cada dia ou uma a cada uma hora e meia, um dado assustador e que revela o tamanho da proporção do problema do machismo na sociedade brasileira.

Estas mortes vem na contramão de uma grande conquista dos movimentos feministas brasileiro: a Lei Maria da Penha. Segundo o relatório do IPEA:

“A expressão máxima da violência contra a mulher é o óbito. As mortes de mulheres decorrentes de conflitos de gênero, ou seja, pelo fato de serem mulheres, são denominados feminicídios ou femicídios. Estes crimes são geralmente perpetrados por homens, principalmente parceiros ou ex-parceiros, e decorrem de situações de abusos no domicílio, ameaças ou intimidação, violência sexual, ou situações nas quais a mulher tem menos poder ou menos recursos do que o homem. (...) Estudo do IPEA avaliou o impacto da Lei Maria da Penha sobre a mortalidade de mulheres por agressões, por meio de estudo de séries temporais. Constatou-se que não houve impacto, ou seja, não houve redução das taxas anuais de mortalidade, comparando-se os períodos antes e depois da vigência da Lei”.

“Nos 30 anos decorridos entre 1980 e 2010 foram assassinadas no país acima de 92 mil mulheres, 43,7 mil só na última década. A violência contra a mulher é significativamente expressiva no Brasil, mesmo após o advento da Lei Maria da Penha, uma vez que os registros de homicídio e agressão têm aumentado nos últimos anos. O decréscimo nas taxas de homicídio no ano de aplicação da Lei Maria da Penha e o subsequente aumento dessas mesmas taxas nos anos seguintes indica que as políticas atuais necessitam de constante avaliação para a efetiva redução do quadro de violação dos direitos das mulheres”.

Segundo o relatório do IPEA, as principais vítimas da violência de gênero no Brasil são mulheres adolescentes e jovens, geralmente na faixa etária de 10 a 29 anos de idade, nesse período avaliado pelo menos 64% dessas mulheres eram negras, o que não destoa dos dados de 2016 trazidos pelo Atlas da violência de 2018. A maioria das vítimas de feminicídios no Brasil são residentes nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, com alta concentração de ocorrência nos domicílios (28,1%) característica típica deste tipo de violência, e em finais de semana (35,7%). Estes dados em particular são importantes para Alagoas, já que o Estado, entre os mais violentos do país para as mulheres, não tem delegacias de mulheres que funcionem 24 horas e nos finais de semana, o que representa um desamparo grande para as mulheres alagoanas que precisam se submeter a uma delegacia comum caso queiram registrar uma denúncia.

Os cinco Estados com os maiores índices do país neste período (2011-2013) foram Roraima, Espírito Santo, Goiás, Alagoas e Bahia. As mulheres jovens (e também adolescentes) foram as principais vítimas e estão na faixa etária entre 20 a 29 anos, neste período quase dois terços das mortes de mulheres no Brasil em decorrência de agressões foram de mulheres negras (64%), sendo que estas mulheres são as principais vítimas em todas as regiões, com exceção da região Sul. Um destaque dado no estudo do IPEA é a alta concentração das mortes de mulheres negras na região Nordeste (87%), Norte (81%) e Centro-oeste (71%). Outro dado importante que o relatório do IPEA informa é que a proporção mais elevada de vítimas com menor grau de escolaridade encontra-se na região Nordeste.

Nas eleições deste ano a questão da segurança pública e como combater a violência terão uma importância considerável. De forma geral na sociedade existe um sentimento de insegurança e de crescente ondas de violência, este sentimento é comprovado e justificado pela realidade, ao estudarmos os dados. A pauta de segurança pública é uma pauta em que as ideias representadas pela extrema direita têm ampla aceitação nas massas. A conhecida frase “bandido bom é bandido

morto”, palavra de ordem de candidatos autoritários quando o assunto é segurança pública, é considerada como correta por 50% dos brasileiros, de acordo com uma pesquisa feita pelo IBOPE.

A ideia defendida por Lima Junior, coronel da PM em Alagoas e Secretário de Segurança Pública no governo de Renan Filho, de que a violência no estado se daria por conta da impunidade e a solução é reforçar as medidas penais e aumentar as forças repressivas, também tem um peso nas massas, e se comparado com as nossas propostas sobre segurança.

Um estudo feito pelo Tribunal de Conta do Rio Grande do Sul, apontou que quanto mais é investido em educação, menor são as taxas de violência. O estudo critica as altas verbas destinadas para segurança, enquanto são cortadas as destinadas para educação e vemos escolas sendo fechadas. Acharmos que esta deve ser o marco inicial para começarmos o debate sobre o tema.

Sendo assim, no tema sobre segurança pública temos que ter cuidado ao fazermos este debate.

Nos últimos anos, um dos maiores problema da segurança pública em Alagoas são os roubos de rua. São roubos que ocorrem no dia a dia, no cotidiano das cidades. O governo mesmo colocando mais policiais na rua e fazendo concursos públicos para a polícia militar e terceirizando o serviço de segurança pública com a Ronda do Bairro, os números relacionados aos roubos não diminuem. Fruto da falta de uma política de prevenção a violência e de investimento na geração de emprego, política de acesso à cultura, educação, e de abandono total das pessoas que vivem no estado.

Vejamos os números desde o início do governo Renan Filho:

Ano	Total	Quantidade de roubos por mês	Por dia
2015	9.954	829 aproximadamente	28 aprox
2016	12.701	1050	34
2017	12.616	1051	33
2018	8.110	1158	37

**2018 até o mês de julho**

**Continuando nessa média é possível que esse ano Alagoas chegue a marca de aproximadamente 13.900 roubos de rua.**

A política de segurança não funciona com policiais na rua. Mas com investimento nas políticas sociais, investimento em inteligência e tecnologia e numa polícia investigativa que o governador sucateou.

É importante destacar que o governo atual fez investimento em prédios chamada risps. No entanto, os prédios estão vazios porque não há agentes suficientes para o uso do edifício esgote a sua capacidade.

Outra questão que pode ser debatida é sobre o plano de carreiras dos policiais, principalmente a lei de promoção que o governo engavetou. Pode-se dizer que não há uma gestão democrática dessa questão no governo, o que gera insatisfação dos servidores e uma queda na qualidade e eficiência na prestação do serviço.

Outra questão que é importante destacar é sobre homicídios.

A tabela abaixo pode lhe apresentar um cenário para a construção de um argumento para expor.

Ano	Quantidade
2015	1.813
2016	1.876
2017	1.920
2018	954

## **2018 até o mês de julho**

**Continuando nessa média é possível que esse ano Alagoas chegue a marca de aproximadamente 1.635.**

Seria uma diminuição insignificante, se pensarmos a vida como o maior bem que a pessoa tem. O que pode ser discutido é que mesmo com a diminuição em relação ao governo anterior no



número de homicídios, o número de mortes de jovens negros tem aumentado em Alagoas. (Mapa da violência, 2017)

É importante destacar que boa parte dos homicídios não são investigados pela polícia justamente pelo processo de sucateamento do serviço público, especialmente no que diz respeito à capacidade de investigação, especialmente no que diz respeito à polícia civil.

#### Propostas:

- Garantir acesso e fortalecimento das políticas afirmativas e cotas, respeitando o gênero e a diversidade religiosa, com paridade nos espaços políticos e instituições de educação (Universidades), promovendo ações de conscientização para compreensão das leis de políticas afirmativas e cumprimento das mesmas.
- Criar delegacia especializada no combate a crimes raciais, de intolerância religiosa, gênero, LGBTfobia, xenofobia e demais violações baseadas no ódio e na discriminação, inclusive aqueles cometidos pela internet, garantindo formação específica, permanente e continuada aos profissionais das áreas de justiça e segurança.
- Garantir às vítimas de crimes de racismo, de caráter religioso, contra as comunidades quilombolas, de matriz africana, LGBT, indígenas e ciganos em condições de vulnerabilidade o pleno acesso à Justiça, proporcionando-lhes o atendimento jurídico público e gratuito, e promovendo a divulgação de tais serviços nas comunidades por meio de cartilhas informativas e outros instrumentos pertinentes.
- Criar, estruturar e garantir o funcionamento integral das Defensorias Públicas especializadas para o atendimento das populações negras, ciganas, quilombolas, indígenas, demais povos e comunidades tradicionais e população LGBT, bem como fortalecer tais instituições, com a realização de concursos e viabilização de profissionais em todas as Unidades Jurisdicionais dos estados, e com garantia de orçamento.
- Garantir a efetivação de uma política integrada de combate e erradicação do genocídio da juventude negra, incluindo: políticas de prevenção; atuação coordenada do estado na implementação de protocolo de ações coordenado com os Ministérios Públicos Estaduais e Federal; criação de observatórios de violências, mapeando áreas de riscos sociais e de violência nas periferias das cidades; ampla mudança do sistema policial e do modelo de política de combate às drogas e enfrentamento à violência urbana e rural; promoção da humanização das abordagens policiais a negros; aperfeiçoamento do combate aos atos infracionais dos adolescentes; ampliação e melhoria de espaços culturais e esportivos; elaboração de campanha governamental objetivando a conscientização e o papel político do jovem negro; e garantia de recursos humanos e financeiros para a execução de um programa específico para a juventude negra.
- Garantir que os órgãos de segurança pública e Justiça atuem em rede, desenvolvendo ações de segurança que atendam as especificidades e promovam, com equidade, a segurança e proteção das populações negras, indígenas, imigrantes, ciganas, comunidades de terreiro e demais povos e comunidades tradicionais.

- Promover o debate sobre a desmilitarização da polícia, com a unificação das carreiras dos órgãos de segurança pública, com ênfase na humanização dos mesmos, observando-se os princípios da igualdade racial.
- Garantir efetivo enfrentamento aos genocídios e aos etnocídios contra os povos originários e tradicionais, bem como contra a população negra de modo geral, particularmente no que tange ao extermínio da juventude negra, violência decorrente de intolerância religiosa, violência contra mulheres negras, população LGBT, população indígena e quilombola.
- No plano estadual, destinação de verbas específicas para políticas públicas para as mulheres;
- Criar uma rede estadual de assistência às mulheres cis e trans em situação de violência: Construção e funcionamento das casas da mulher brasileira.
- Construção de Casas abrigo para mulheres em situação de violência. Em Alagoas isso é uma urgência já que atualmente, existe apenas uma em funcionamento para todo o Estado.
- Delegacias de mulheres que funcionem com toda a estrutura adequada, 24 horas e nos finais de semana.

#### **4.5 MORADIA E HABITAÇÃO**

O estado de Alagoas não tem uma política de moradia estabelecida e pensada. O plano estadual de habitação foi formulado em 2010 e não atende aos critérios mínimos de transparência, pois não consta em nenhum sítio público de divulgação na internet.

Além disso, não há sequer uma secretaria estadual de habitação, hoje relegada a uma superintendência na secretaria de infraestrutura e entregue às conveniências da velha política de entrega de cargos a parentes de deputados estaduais e federais.

Enquanto isso, os dados sobre moradia são alarmantes, em atenção à pesquisa do IBGE PNAD contínua. Em Alagoas, segunda a pesquisa da Fundação João Pinheiro de 2015, o Déficit Habitacional por situação do domicílio e Déficit Habitacional relativo aos domicílios particulares permanentes e improvisados é de 96.669 domicílios<sup>10</sup>. Ao mesmo tempo, o número de domicílios vagos é de 108.224 no estado. Não faltam apenas moradias, temos um grande número de moradias indignas no estado e um mercado que não atende aos mais pobres. Temos especialmente na capital um grande número de favelas e de moradias indignas, sem saneamento básico, sem acesso aos serviços mais essenciais ao ser humano, como saúde e educação.

---

<sup>10</sup> <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/direi-2018/estatistica-e-informacoes/797-6-serie-estatistica-e-informacoes-deficit-habitacional-no-brasil-2015/file>.

Falta, portanto, uma política habitacional séria para dar dignidade e segurança as pessoas mais pobres, privilegiando a construção de moradias no centro das cidades, agregando a estrutura da prestação de serviços públicos básicos.

Propostas:

- Criar uma Secretaria Estadual de Habitação;
- Rever o Plano Estadual de Habitação de forma participativa e democrática, para implementação de um verdadeiro programa de habitação estadual que reproduza as práticas até aqui produzidas de ignorar as favelas e grotas e jogar as populações em bairros cada vez mais periféricos das grandes cidades de Alagoas;
- Estabelecer parcerias com os municípios do Estado para implementar conjuntamente as políticas de moradia e habitação;
- Integrar as favelas e grotas aos serviços públicos estaduais.

#### **4.6 CULTURA E ESPORTE**

Alagoas tem uma das culturas mais ricas do país. Produzimos boa música, literatura e arte consumida no país e no mundo. Basta ver nossas referências de arte e cultura de renome internacional como Graciliano Ramos, Djavan, Hermeto Pascoal, Cacá Diegues, Nise da Silveira, entre tantos outros. Boa parte deles deixou Alagoas por falta de apoio para produzir cultura no Estado. Essa realidade do passado nunca mudou. Enquanto Pernambuco consegue ser referência nacional e internacional no cinema e na música, continuamos a expulsar nossos artistas pela falta de apoio e a aniquilar a nossa cultura tradicional.

Entre estes e outros motivos, Alagoas não construiu uma identidade alagoana, nem mesmo um orgulho de pertencer a este estado tão belo, tendo sua imagem constantemente associada aos políticos de má fama e à violência que sempre nos acompanhou, infelizmente.

É preciso ter uma política pública para a cultura, que deixe de lado as contratações milionárias de artistas estrangeiros e valorize a produção de arte e cultura associada à manutenção das nossas culturas tradicionais e também à inovação a partir delas para construir a Alagoas do século XXI.

No caso do Esporte, temos uma política débil e não articulada com a educação pública do Estado. Falta o planejamento do esporte como política pública articulada que tem o condão de

oferecer uma melhor qualidade de vida a jovens e adultos e também de melhorar a qualidade da educação oferecida no estado.

Propostas:

- Criar Cineclube nas escolas estaduais;
- Criar lonas culturais estaduais articuladas com as escolas estaduais de cada região;
- Fomentar programas de capacitação técnica, qualificação profissional e formação especializada em produção cultural;
  - Criar a política de estímulo a “primeira produção” incentivando a formação de artistas locais e propiciando o ambiente de criatividade no estado;
  - Realizar audiências públicas para deliberar com a sociedade civil os modelos que devem ser utilizados nos editais de fomento à produção cultural;
- Criar uma política estadual de incentivo à cultura com editais permanentes de fomento à cultura;
- Construção de equipamentos culturais, como bibliotecas, teatros e rádios comunitárias, junto às escolas públicas como base de uma política de difusão dos produtos culturais de qualidade para todos os alagoanos.
- Instituir um Plano Estadual de Esporte;
- Criar uma coordenadoria do torcedor;
- Implementar um programa de incentivo e fomento que promova a revitalização dos clubes de bairro;
- Realizar um levantamento dos equipamentos e quadras esportivas existentes em cada município para medir a influência sobre os diferentes territórios;
- Garantir o respeito ao direito ao trabalho de comerciantes, ambulantes e camelôs no entorno dos complexos esportivos em dias de eventos;
- Consolidar um calendário de eventos esportivos das categorias profissionais e amadoras;

**ESCOLHA OUTRA ALAGOAS**

**VAMOS COM BASILE E DANÚBIA**